

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Realização de ágio na aquisição de investimentos

Por que é um PAA

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantém registrado como ágio na aquisição de investimentos o montante de R\$1.313.725 mil na controladora e R\$1.641.777 mil no consolidado, conforme nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. O processo anual de avaliação envolve certo grau de julgamento e estimativa por parte da Administração, uma vez que é complexo e altamente crítico, e se baseia em premissas com alto grau de incerteza, notadamente as relacionadas com a projeção de receitas e custos, bem como as premissas para determinar as taxas de desconto, que são afetadas por condições de mercado ou micro e macroeconômicas. Por sua representatividade, e pelos fatores anteriormente descritos, a realização de ágio na aquisição de investimentos é considerado relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia e um assunto importante na auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i. Entendimento dos controles internos da Companhia para a avaliação do risco de redução do ágio ao seu valor recuperável.
- ii. Envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada pela Companhia e da razoabilidade da taxa de desconto.
- iii. Avaliação da adequação das premissas de receita e custos.
- iv. Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas e sobre o resultado do teste de perda do valor recuperável do ágio.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos preparado pela Administração da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossos testes de sensibilidade, consideramos que as avaliações de valor recuperável do ágio preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras individuais e consolidadas das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	242.010	114.649	328.756	162.505	Fornecedores	13	62.595	56.181	121.523	89.093
Contas a receber	6	171.453	176.993	259.957	247.556	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	134.832	83.531	153.837	114.499
Transações com partes relacionadas	21	16.201	16.887	1.711	2.910	Passivo de arrendamento	15	53.758	45.764	71.805	58.547
Impostos a recuperar	8	51.980	51.834	78.231	72.817	Impostos a recolher	17	65.802	54.933	98.289	74.091
Despesas antecipadas	7	23.367	26.215	27.287	25.813	Salários e encargos sociais	18	106.915	81.776	138.483	104.334
Depósitos judiciais	16.1	15.930	6.274	15.930	6.274	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	20.b)	34.415	29.732	34.415	29.732
Outros créditos		23.512	19.325	30.591	22.266	Transações com partes relacionadas	21	645	4.500	645	1.419
Total dos ativos circulantes		544.453	412.177	742.463	540.141	Provisão para riscos e processos judiciais	16	35.510	15.445	36.420	16.118
						Demais contas a pagar		34.276	39.982	54.879	45.196
						Total dos passivos circulantes		528.748	411.844	710.296	533.029
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Transações com partes relacionadas	21	-	17.418	-	17.418	Fornecedores	13	97	10.844	4.001	15.397
Despesas antecipadas	7	7.482	6.556	7.888	6.658	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	403.631	449.635	555.067	568.289
Outros créditos		-	-	274	695	Passivo de arrendamento	15	134.789	155.172	197.528	208.608
Depósitos judiciais e garantias	16.1	12.470	19.460	40.512	43.423	Impostos a recolher	17	1.531	7.287	1.539	7.302
Investimentos	11	379.182	303.691	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	270.264	256.385	267.548	259.545
Imobilizado	12	402.402	409.230	614.087	574.934	Transações com partes relacionadas	21	27.730	42.703	-	-
Intangível:						Provisão para riscos e processos judiciais	16	61.458	74.928	103.579	113.564
Ágio na aquisição de investimentos	9	1.313.725	1.313.725	1.641.777	1.564.312	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	20.b)	135.904	34.415	135.904	34.415
Outros intangíveis	10	204.765	185.844	233.828	224.978	Demais contas a pagar		30.479	36.229	35.519	43.751
Total dos ativos não circulantes		2.320.026	2.255.924	2.538.366	2.432.418	Total dos passivos não circulantes		1.065.883	1.067.598	1.300.685	1.250.871
						Total dos passivos		1.594.631	1.479.442	2.010.981	1.783.900
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20.a)	1.106.214	1.106.214	1.106.214	1.106.214
						Ações em tesouraria	20.a)	(20.079)	(9.881)	(20.079)	(9.881)
						Reservas de capital		11.877	11.877	11.877	11.877
						Reservas de lucros		121.767	65.295	121.767	65.295
						Transação com sócios		(5.174)	(5.174)	(5.174)	(5.174)
						Outros resultados abrangentes		55.243	20.328	55.243	20.328
						Total do patrimônio líquido		1.269.848	1.188.659	1.269.848	1.188.659
TOTAL DOS ATIVOS		2.864.479	2.668.101	3.280.829	2.972.559	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.864.479	2.668.101	3.280.829	2.972.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	22	1.368.876	1.311.589	1.787.868	1.638.268
Custo dos serviços prestados	24	(1.017.495)	(997.038)	(1.328.462)	(1.234.677)
LUCRO BRUTO		351.381	314.551	459.406	403.591
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	24	(65.278)	(52.271)	(78.485)	(63.989)
Gerais e administrativas	24	(70.281)	(76.453)	(103.211)	(105.716)
Resultado de equivalência patrimonial	11 e 24	34.364	18.746	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	24	176	135	176	150
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		250.362	204.708	277.886	234.036
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	6.448	7.789	6.780	8.857
Despesas financeiras	25	(53.585)	(67.024)	(70.353)	(85.823)
Variação cambial líquida	25	(734)	(246)	(1.286)	(393)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		202.491	145.227	213.027	156.677
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(26.098)	(17.672)	(42.378)	(27.468)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	(13.747)	(2.375)	(8.003)	(4.029)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		162.646	125.180	162.646	125.180
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	28	1,77	1,36		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	28	1,74	1,34	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	162.646	125.180	162.646	125.180
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:				
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	38.896	(4.419)	38.896	(4.419)
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas	(3.981)	784	(3.981)	784
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>197.561</u>	<u>121.545</u>	<u>197.561</u>	<u>121.545</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio por incorporação	Reservas de capital	Legal	Reservas de lucros		Transações com sócios	Outros resultados abrangentes	Total
				Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio		Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.106.094	-	3.263	(618)	29.438	7.153	-	-	23.963	1.169.293
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	125.180	-	-	125.180
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.635)	(3.635)
Recompra de ações	-	(9.881)	-	-	-	-	-	-	-	(9.881)
Aumento de capital - acervo líquido Neobpo incorporado em 31/10/19	20.a)	120	-	-	-	-	-	-	-	120
Movimentação - acervo líquido Neobpo incorporado	20.a)	-	-	-	-	-	-	(5.174)	-	(5.174)
Juros sobre o capital próprio 1º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	(13.218)	-	-	(13.218)
Juros sobre o capital próprio 2º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	(7.112)	-	-	(7.112)
Juros sobre o capital próprio 3º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	(12.000)	-	-	(12.000)
Juros sobre o capital próprio 4º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	(34.416)	-	-	(34.416)
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no exercício	27	-	-	724	-	-	-	-	-	724
Plano de opções de ações	-	-	-	(227)	-	-	-	-	-	(227)
Liquidação de mútuo	20. b)	-	-	8.735	-	-	-	-	-	8.735
Constituição de reserva legal	20. e)	-	-	-	6.259	-	(6.259)	-	-	-
Dividendos mínimos propostos	20. e)	-	-	-	-	-	(29.730)	-	-	(29.730)
Constituição de reserva de lucros	20. e)	-	-	-	-	22.445	(22.445)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.106.214	(9.881)	3.263	8.614	35.697	29.598	-	(5.174)	20.328	1.188.659
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	162.646	-	-	162.646
Outros resultados abrangentes	20.d)	-	-	-	-	-	-	-	34.915	34.915
Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre de 2020	20.b)	-	-	-	-	-	(15.718)	-	-	(15.718)
Juros sobre o capital próprio - 2º trimestre de 2020	20.b)	-	-	-	-	-	(15.950)	-	-	(15.950)
Juros sobre o capital próprio - 3º trimestre de 2020	20.b)	-	-	-	-	-	(15.710)	-	-	(15.710)
Juros sobre o capital próprio - 4º trimestre de 2020	20.b)	-	-	-	-	-	(20.167)	-	-	(20.167)
Recompra de ações	20.a)	-	(10.198)	-	-	-	-	-	-	(10.198)
Constituição de reserva legal	20.e)	-	-	-	8.132	-	(8.132)	-	-	-
Dividendos mínimos propostos	20.e)	-	-	-	-	-	(38.629)	-	-	(38.629)
Constituição de reserva de lucros	20.e)	-	-	-	-	48.340	(48.340)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.106.214	(20.079)	3.263	8.614	43.829	77.938	-	(5.174)	55.243	1.269.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		162.646	125.180	162.646	125.180
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10 e 12	154.167	138.857	198.246	173.281
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquidas de reversões	6	4.955	3.694	3.813	6.587
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	10 e 12	2.037	1.236	2.031	1.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	13.747	2.372	8.003	3.800
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	16	64.383	35.108	57.209	35.108
Juros sobre empréstimos	14	33.495	70.372	48.714	73.842
Custo de financiamento reconhecido no resultado	14	4.212	2.412	4.268	2.526
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	14	-	(18.268)	-	(18.267)
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados		36.215	17.749	49.217	29.544
Plano de opção de ações	27	-	497	668	497
Variação cambial	11 e 14	89	(6)	568	(143)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(34.364)	(18.746)	-	-
		441.582	360.457	535.383	433.605
Redução (aumento) nos saldos de ativos:					
Contas a receber		585	(11.434)	(17.380)	(11.472)
Contas a receber de partes relacionadas		686	(8.093)	1.199	889
Impostos a recuperar		(146)	(22.506)	(5.413)	(23.152)
Depósitos judiciais e garantias		(7.726)	(5.600)	(11.805)	(5.375)
Despesas antecipadas		1.922	18.110	(2.704)	21.431
Outros créditos		(4.187)	(120)	(7.851)	1.279
Aumento (redução) nos saldos de passivos:					
Fornecedores		(4.333)	(16.580)	20.981	(22.946)
Partes relacionadas		(716)	11.150	(774)	(1.541)
Salários e encargos sociais		(11.076)	(21.390)	(15.195)	(23.581)
Impostos a recolher		6.090	11.047	19.256	17.994
Demais contas a pagar		(11.643)	(174)	3.451	(2.518)
Passivo de arrendamento		(18.031)	(28.283)	(22.649)	(43.722)
Pagamento de provisão para riscos	16 e 29	(49.874)	(12.577)	(55.694)	(13.138)
Recebimento dividendos StoneAge	11	16.857	-	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		359.990	274.007	440.805	327.753
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(977)	-	(977)	(859)
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de imposto de renda e contribuição social		359.013	274.007	439.828	326.894
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Empréstimos para partes relacionadas	21	(870)	(1.354)	(870)	(1.354)
Pagamento da Aquisição de controladas - StoneAge		-	(28.000)	-	(28.000)
Pagamento da Aquisição de controladas - Privally		(3.037)	-	(3.037)	-
Caixa líquido na aquisição de controlada - StoneAge		-	-	-	7.696
Caixa líquido na aquisição de controlada - Privally		-	-	85	-
Pagamento de "earn-out"		(17.677)	(22.975)	(17.677)	(22.975)
Recebimento de mútuo		18.288	8.735	18.288	8.735
Aporte de capital	11	-	(1.770)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	10 e 12	(80.187)	(82.986)	(99.140)	(90.787)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(83.483)	(128.350)	(102.351)	(126.685)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recompra de ações	19	(10.198)	(9.881)	(10.198)	(9.881)
Pagamento de mútuo com partes relacionadas		(23.092)	-	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	19	-	(78.921)	-	(80.713)
Captação de empréstimos e debêntures	14	254.387	223.358	407.775	239.307
Pagamento de empréstimos e debêntures	14	(245.302)	(246.551)	(429.073)	(273.114)
Pagamento de "leasing"	14	(83.543)	(62.316)	(98.260)	(69.455)
Liquidação "swap"	14	-	20.862	-	20.862
Pagamento de juros sobre "leasing"	14	(10.891)	(9.800)	(12.259)	(12.620)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	14	(29.530)	(45.605)	(40.422)	(57.093)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(148.169)	(208.854)	(182.437)	(242.707)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	11.211	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		127.361	(63.197)	166.251	(42.498)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		114.649	177.846	162.505	205.003
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		242.010	114.649	328.756	162.505
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		127.361	(63.197)	166.251	(42.498)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	1.583.641	1.520.227	2.006.054	1.848.768
Outras receitas	34	1.067	34	1.067
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.955)	(3.694)	(3.813)	(6.587)
	1.578.720	1.517.600	2.002.275	1.843.248
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(354.531)	(320.539)	(484.490)	(421.833)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(354.531)	(320.539)	(484.490)	(421.833)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.224.189	1.197.061	1.517.785	1.421.415
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO				
Depreciações e amortizações	(154.167)	(138.857)	(198.246)	(173.281)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	1.070.022	1.058.204	1.319.539	1.248.134
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	34.364	18.746	-	-
Receitas financeiras	10.801	8.822	22.576	14.040
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.115.187	1.085.772	1.342.115	1.262.174
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	628.552	650.779	803.563	783.223
Remuneração direta	512.056	511.495	632.271	601.295
Benefícios	75.144	91.050	120.614	126.607
FGTS	41.352	48.234	50.678	55.321
Impostos, taxas e contribuições	264.387	238.440	282.115	254.653
Federais	219.345	194.760	231.789	206.991
Estaduais	23	109	23	109
Municipais	45.019	43.571	50.303	47.553
Remuneração de capital de terceiros	59.602	71.373	93.791	99.118
Juros	58.672	68.303	87.435	91.400
Aluguéis	930	3.070	6.356	7.718
Remuneração de capital próprio	162.646	125.180	162.646	125.180
Dividendos	38.629	29.730	38.629	29.730
Juros sobre capital próprio	67.545	66.746	67.545	66.746
Lucros retidos do exercício	56.472	28.704	56.472	28.704
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.115.187	1.085.772	1.342.115	1.262.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e estado de São Paulo. Seu controlador e holding é o APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços contendo soluções digitais que compreendem Internet das Coisas (IOT), coleta, organização, agrupamento e análise de dados em tempo real (Business Analytics), implementação e soluções de inteligência artificial, soluções de monitoração de negócios através da automatização, gerenciamento, controle e segurança em plataforma de integração de negócios, soluções de cybersecurity através da gestão de segurança da informação, riscos, continuidade de negócios, e processos operacionais voltados para a segurança dos ambientes de produção, serviços de gestão e monitoração de redes de distribuição elétricas (Smart Grid); (c) implantação, operação e gestão de processamento em nuvem através de plataformas privadas, públicas ou híbridas além da gestão e apoio ao cliente na escolha e acompanhamento das suas plataformas de nuvem; (d) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (e) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (f) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (g) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (h) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (i) a participação em outras companhias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Companhia utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização destas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Companhia poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros.

Combinação de negócios

“Privally”

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia celebrou o Termo de Fechamento do Contrato (“Termo de Fechamento”), concluindo a aquisição de 100% das quotas da startup Privally Global Tecnologia LTDA. (“Privally”), especializada em soluções de gerenciamento de segurança e privacidade focada em Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”). Essa aquisição gerou um ágio inicial de R\$20.985 alocado na rubrica “Ágio na aquisição de investimentos”. A determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos será concluída durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021.

Esse investimento teve o intuito de crescimento na plataforma de segurança cibernética, proteção de dados e direito digital, onde é possível automatizar, monitorar e gerenciar processos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) e Regulamentação Geral sobre a proteção de dados (“GDPR”), visando a prestação de novos serviços e a ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes.

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	85
Contas a receber	112
Imposto à recuperar	1
Outros ativos	53
Passivos circulantes:	
Fornecedores	(53)
Impostos a recolher	(156)
Obrigações sociais e trabalhistas	(127)
Passivos não circulantes:	
Provisão para risco e processos judiciais	(2.855)
Acervo líquido do valor justo	(2.940)
Valor total da contraprestação	(18.045)
Ágio	<u>20.985</u>

“StoneAge”

Em 14 de maio de 2019, a Companhia celebrou o Termo de Fechamento do Contrato (“Termo de Fechamento”), concluindo a aquisição de 100% das quotas da empresa STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda. (“StoneAge”), especializada em “Big Data” e “Analytics”. Essa aquisição gerou um ágio de R\$88.534 alocado na rubrica “Ágio na aquisição de investimentos”.

Esse investimento teve o intuito de crescimento no mercado de soluções digitais, além de fortalecer a capacidade da Companhia em promover a jornada para a transformação digital dos seus clientes.

Contrapartida transferida:

Caixa	28.000
Contrapartida fixa	60.000
Acordo de contrapartida contingente - “earn-out”	<u>20.953</u>
Total	<u>108.953</u>

Ativos adquiridos e passivos reconhecidos ao valor justo na data de aquisição

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	7.696
Contas a receber	5.542
Outros créditos	104
Ativos não circulantes:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	106
Imobilizado	834
Intangível	27.804
Total do ativo	<u>42.086</u>
Passivos circulantes:	
Contas a pagar	5.505
Impostos a recolher	661
Dividendos a pagar	1.794
Demais contas a pagar	1.257
Passivos não circulantes:	
Provisão para riscos e processos judiciais	12.450
Total do passivo	<u>21.667</u>
Acervo líquido adquirido a valor justo	20.419
Valor total da contraprestação	<u>108.953</u>
Ágio	<u>88.534</u>
<u>Ágio gerado na aquisição</u>	
Contrapartida transferida até 31/12/2020	68.692
(+) Ajuste da contraprestação fixa a pagar (i)	23.121
(+) Ajuste da contraprestação contingente estimada (ii)	17.140
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	
Ativos intangíveis (iii)	(27.591)
Ativos imobilizados (iv)	(192)
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	
Provisão para riscos e processos judiciais (v)	12.450
(-) Patrimônio líquido contábil da StoneAge em 14 de maio de 2019	(5.086)
Ágio gerado na aquisição (vi)	<u>88.534</u>
(i) Refere-se à contrapartida estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento fixa previstas no contrato. O valor foi registrado à rubrica “Demais contas pagar”, sendo que até 31 de dezembro de 2020 foram pagos R\$36.879.	

- (ii) Refere-se à contrapartida estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento variável previstas no contrato referentes as apurações até o final do segundo semestre de 2020. O valor correspondente a melhor expectativa da Administração foi registrada à rubrica “Demais contas a pagar”, sendo que até 31 de dezembro de 2020 foram pagos R\$3.813.
- (iii) A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da StoneAge, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

	Valor	Vida útil	Método de amortização
Carteira de clientes	16.529	7 anos	Linear
Software	8.523	De 8 a 9 anos	Linear
Cláusula de não competição	2.539	5 anos	Linear

- (iv) A tabela a seguir demonstra a mais valia dos ativos imobilizados adquiridos, bem como a vida útil estimada e o método de depreciação:

	Valor	Vida útil	Método de amortização
Equipamentos de informática	16	De 1 a 5 anos	Linear
Benfeitorias	176	De 2 a 4 anos	Linear

- (v) Os passivos contingentes descritos foram calculados de acordo com a melhor estimativa elaborada pelos advogados responsáveis por cada processo, considerando para tal as classificações de risco de perda provável, possível e remota.
- (vi) Foi gerado ágio na aquisição da StoneAge no valor de R\$88.534, que é atribuível à expectativa de rentabilidade futura oriunda das economias de escala esperadas pelas sinergias na combinação das operações da Companhia e da nova controlada.

Incorporação parcial

Em 31 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação parcial da parte relacionada Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. (“Neobpo”).

De acordo com o laudo de avaliação preparado por consultores independentes, o valor patrimonial contábil do acervo incorporado, estimado com data base de 30 de setembro de 2019, era de R\$ 120.

O acervo líquido incorporado em 30 de setembro de 2019 está assim representado:

	Ativos e passivos
<u>Ativos</u>	
Circulantes:	
Contas a receber	744
Despesas antecipadas	20
Depósitos judiciais	7.228
Outros créditos	10
Total dos ativos circulantes	<u>8.002</u>

	<u>Ativos e passivos</u>
Não circulantes:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.000
Depósitos judiciais	2.408
Ágio	8.886
Imobilizado	10.383
Total dos ativos não circulantes	<u>31.677</u>
Total dos ativos	<u>39.679</u>
<u>Passivos</u>	
Circulantes:	
Fornecedores	299
Passivos de arrendamento	1.221
Impostos a recolher	60
Salários e encargos sociais	168
Provisão para riscos e processos judiciais	16.276
Total dos passivos circulantes	<u>18.024</u>
Não circulantes:	
Passivos de arrendamento	5.051
Provisão para riscos e processos judiciais	4.833
Impostos a recolher	8.630
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.021
Total dos passivos não circulantes	<u>21.535</u>
Total dos passivos	<u>39.559</u>
Total do acervo líquido	<u>120</u>

Conforme previsto no acordo entre as partes, as variações ocorridas no acervo incorporado no período compreendido entre 30 de setembro de 2019 e 31 de outubro de 2019 foram refletidas no acervo líquido absorvido pela Companhia, no montante de R\$5.174 conforme demonstrado abaixo:

	<u>Variação ativos e passivos</u>
<u>Ativos</u>	
Circulantes:	
Contas a receber	(64)
Despesas antecipadas	(7)
Outros créditos	2
Total dos ativos circulantes	<u>(69)</u>

	<u>Variação ativos e passivos</u>
Não circulantes:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(558)
Depósitos judiciais	(145)
Imobilizado	(231)
Total dos ativos não circulantes	<u>(934)</u>
 Total dos ativos	 <u>(1.003)</u>
 <u>Passivos</u>	
Circulantes:	
Fornecedores	169
Passivos de arrendamento	31
Impostos a recolher	(2)
Salários e encargos sociais	(13)
Contas a pagar partes relacionadas	(1.236)
Provisão para riscos e processos judiciais	1.637
Demais contas a pagar	15
Total dos passivos circulantes	<u>601</u>
 Não circulantes:	
Passivos de arrendamento	113
Impostos a recolher	(27)
Provisão para riscos e processos judiciais	(4.858)
Total dos passivos não circulantes	<u>(4.772)</u>
 Total dos passivos	 <u>(4.171)</u>
 Total da variação	 <u><u>(5.174)</u></u>

Essa variação foi registrada diretamente no patrimônio líquido da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 20 a).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do IFRS 16 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R2)) e outras mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.

- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Empresa	País	Tipo de controle	Participação no capital social - %	
			31/12/2020	31/12/2019
Tivit USA LLC	USA	Direto	100,00	100,00
Tivit One Cloud	Brasil	Direto	100,00	100,00
Tivit Colômbia Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología S.A.S.	Colômbia	Direto	0,03	0,03
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Direto	10,78	10,78
Tivit Chile Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología SpA	Chile	Direto	100,00	100,00
Tivit México Terceirización de Procesos Servicios y Tecnología	México	Direto	99,95	99,95
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sociedad Anonima	Paraguai	Direto	100,00	100,00
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sucursal Bolívia	Bolívia	Direto	100,00	100,00
STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda. (*)	Brasil	Direto	100,00	100,00
Privally Global Tecnologia Ltda. (**)	Brasil	Direto	100,00	-
Controladas indiretas através da Tivit Chile Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología SpA:				
Tivit Perú Terceirización de Procesos, Servicios Y Tecnología S.A.C.	Peru	Indireto	100,00	100,00
Tivit Colombia Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología S.A.S.	Colômbia	Indireto	99,94	99,94
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Indireto	89,22	89,22
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	99,00	99,00
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Equador	Indireto	1,00	1,00
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	75,00	75,00
Consortio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00
Controladas indiretas através da Tivit Colombia Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología S.A.S.:				
Tivit México Terceirización de Procesos Servicios y Tecnología	México	Indireto	0,05	0,05
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	25,00	25,00
Consórcio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00
Tivit Colombia DC Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología S.A.S.	Colômbia	Indireto	100,00	100,00
Controladas indiretas através da Tivit Argentina S.R.L.:				
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	1,00	1,00
Tivit Colombia Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología S.A.S.	Colômbia	Indireto	0,03	0,03
Controladas indiretas através da Tivit Peru Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología S.A.C.:				
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Equador	Indireto	99,00	99,00

(*) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme nota explicativa nº 1.

(**) Empresa adquirida em novembro de 2020, conforme nota explicativa nº 1.

2.4. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de tecnologia.

2.5. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida na combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.6. Moeda funcional e moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada da Companhia são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

As moedas funcionais de cada controlada direta ou indireta é a respectiva moeda em cada um dos países, com exceção da Tivit USA, para a qual a moeda funcional é o real (R\$), por se tratar de uma extensão das operações e atividades da Companhia brasileira.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado).

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida que possui operações no exterior ou baixa parcial de um investimento em controlada em conjunto ou coligada que possui operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido da Companhia é reclassificado para o resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. Estes instrumentos financeiros derivativos estão sendo apresentados líquidos com o seu passivo financeiro, uma vez que a Companhia possui um direito legal e possui a intenção de realizar este instrumento financeiro derivativo simultaneamente com seu passivo.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

2.10. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”)

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização.

2.11. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

O ágio não é amortizado; entretanto, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior.

Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGC). No caso da Companhia, essa segregação é feita por país.

b) Outros intangíveis

Software

Registrados pelo custo de aquisição e amortizados durante o prazo da licença (cinco anos).

Direitos de prestação de serviços a clientes

Apresentados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na rentabilidade futura de cada operação, suportada por laudos de avaliação econômica preparados por empresa especializada.

Os contratos de prestação de serviços de processamento de dados, com prazos que variam de cinco a dez anos, são reconhecidos inicialmente pelo custo total e amortizados de forma linear, pelo prazo do contrato.

Carteira de clientes

Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à carteira de clientes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 7 a 17 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira.

Marcas e patentes

Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à marcas e patentes em combinação de negócios.

2.12. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	Anos
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Direito de uso - edificações	6

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGCs à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14. Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados.

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.17. Reconhecimento de receita

2.17.1. Prestação de serviços

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente.

As receitas são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

- Receitas relacionadas ao gerenciamento e direito de uso de infraestrutura, baseada em ambientes tradicionais dedicados em data centers da Companhia, em nuvem fornecida pela Companhia ou em nuvem de terceiros e respectivos serviços de conectividade e de equipes de suporte localizadas internamente ou nos clientes são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.
- Serviços de licenciamento de software por tempo determinado e de software como serviço (SaaS) têm suas receitas reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço e em linha com a vigência dos contratos firmados com os clientes.

2.17.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e depósitos judiciais.

2.18. Programa de compra de ações

O programa de compra de ações da Companhia para empregados e administradores é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desse plano estão descritos na nota explicativa nº 27.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa operacional com um correspondente aumento no patrimônio líquido, quando a liquidação do plano é feita através de instrumentos patrimoniais, ou passivo, quando a liquidação do plano é feita em dinheiro, durante o período que os participantes adquirem incondicionalmente o direito às opções. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido ou passivo, nas rubricas “Reserva de compra de ações liquidadas com instrumentos de patrimônio” ou “Demais contas a pagar” no passivo não circulante, respectivamente. Em caso de instrumentos passivos, o valor justo também é remensurado a cada data de reporte e, se necessário, efetuando o ajuste do mesmo em contrapartida ao resultado do exercício.

2.19. Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquidos de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentadas como reservas de capital.

2.20. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.21. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos no resultado corrente como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo CPC e as IFRS. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para ao resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

2.22. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

2.23. Reservas de capital

Representam substancialmente os custos com o plano de opção de ações e ágio por incorporação.

2.24. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia.

2.25. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, conforme nota explicativa nº 20.

2.26. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja classificação de perda seja provável. Para a classificação de perda possível, a Administração da Companhia faz a divulgação dos principais processos e provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais, quando aplicável, negociadas com os seus assessores jurídicos, pois é provável os desembolsos futuros de recursos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.27. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado considerando-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a quantidade média ponderada de ações em circulação, considerando os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

2.28. Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.29. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 5 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.30. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2020

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 3	As alterações à IFRS 3, Combinações de Negócios, esclarecem a definição de um negócio ao fornecer uma nova estrutura para determinar se as transações devem ser contabilizadas como aquisições (ou alienações) de ativos ou negócios.
IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	As alterações à IFRS 9, Instrumentos Financeiros, IAS 39, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações, abordam a reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado, que serão finalizadas em períodos futuros.
IFRS 16 - Covid19	As alterações à IFRS 16 permitem que os arrendatários elegíveis não precisem avaliar se as concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 são modificações de arrendamento.
Alterações ao IAS 1 e IAS 8	As alterações à IAS 1, Apresentação de Demonstrações Financeiras, e IAS 8, Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros, esclarecem a definição de 'materialidade' e como ela deve ser aplicada. As alterações também melhoram as explicações da definição e garantem a consistência em todas as normas IFRS.

A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas.

Adicionalmente a Companhia avaliou as novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2021 e não identificou impactos relevantes.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 4.5).

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Provisão para riscos e processos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda baseia-se na avaliação dos advogados externos e inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A Administração acredita que a provisão para riscos e processos judiciais está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

- Avaliação de instrumentos financeiros

São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados é limitada a 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 19).

- Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estarão sujeitos às disposições sobre redução ao valor recuperável (“impairment”) contidas na IFRS 9/CPC 48.

- (ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado e o intangível são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Cálculo da provisão para perda de crédito esperados com recebíveis

Ao mensurar a perda de crédito esperados “PCE”, a Companhia usa informações sobre o futuro consideradas pela administração como razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é estimada com base na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE. Esta probabilidade é uma estimativa da inadimplência durante um período comparativo de um ano, sendo esse o ano anterior a provisão cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Aquisições de controladas

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do IFRS 3/CPC 15 (R1) (Combinação de Negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de especialistas externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações e amortizações. A depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 2.12.

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificada necessidade de alteração na vida útil utilizada nos períodos apresentados.

- Contratos de opção de compra de ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício. A Companhia adota o modelo Binomial de precificação de opções de compra de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 27, ao qual segue as premissas do modelo Black, Scholes e Merton.

- Mensurações do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. A Administração determina as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia implicam em exposição a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Companhia, segundo as alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Riscos de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à redução nas taxas de juros de mercado.

b) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos e investimentos. Os principais instrumentos financeiros utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de “swap”.

4.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capitais da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5), bem como pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (i)	(839.107)	(825.577)
Caixa e equivalentes de caixa	328.756	162.505
Dívida líquida	<u>(510.351)</u>	<u>(663.072)</u>
Patrimônio líquido	<u>1.269.848</u>	<u>1.188.659</u>
Índice de endividamento líquido	<u>40,2%</u>	<u>55,8%</u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis, exceto arrendamentos mercantis - direito de uso circulantes e não circulantes.

4.3. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado na agência de “rating” Fitch Ratings.

Os dez principais clientes representam 43,7% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (48,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.4. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	82.057	394.996	-	477.053
Debêntures	82.730	33.560	-	116.290
Arrendamento mercantil financeiro	69.347	197.037	-	266.384
Fornecedores	62.595	97	-	62.692
Total	<u>296.729</u>	<u>625.690</u>	<u>-</u>	<u>922.419</u>

Consolidado	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	101.062	546.433	-	647.495
Debêntures	82.730	33.560	-	116.290
Arrendamento mercantil financeiro	87.593	260.663	-	348.256
Fornecedores	115.155	4.001	6.368	125.524
Total	<u>386.540</u>	<u>844.657</u>	<u>6.368</u>	<u>1.237.565</u>

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos, dividendos e outras contas a pagar.

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 4.1.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

Risco na taxa de juros e correção monetária

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como determinados empréstimos. Com base nos saldos existentes em 31 de dezembro de 2020 e nas taxas de juros nessa data, no cenário provável há uma receita financeira estimada de R\$6.219 e despesas financeiras estimadas de R\$23.780 para os próximos 12 meses. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 31 de dezembro de 2020.

O valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia está sujeito à correção monetária pelos índices de inflação vigentes. Com base nos saldos existentes em 31 de dezembro de 2020 e nas taxas de correção monetária nessa data, no cenário provável há despesas financeiras estimadas de R\$22.618 para os próximos 12 meses.

Estimando o aumento ou a redução de 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

Transação	Risco (variação taxa de juros)	Exposição em 31/12/2020	Cenários		
			Provável à taxa de 31/12/2021	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debêntures 4ª emissão - Tivit Brasil(a)	123% do CDI	(114.432)	(3.804)	(4.758)	(5.714)
NCE Banco Bradesco - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(83.488)	(3.954)	(4.527)	(5.100)
NCE Banco Santander - Tivit Brasil (a)	118% do CDI	(25.152)	(802)	(1.003)	(1.204)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	120% do CDI	(25.032)	(811)	(1.015)	(1.219)
Arrendamentos (CDI) - Tivit Brasil (a)	100% do CDI (*)	(106.126)	(5.915)	(7.418)	(8.931)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(33.466)	(1.585)	(1.815)	(2.044)
NCE Banco Safra - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(50.068)	(2.371)	(2.715)	(3.059)
NCE Banco Santander - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(41.659)	(1.973)	(2.259)	(2.545)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(50.016)	(2.369)	(2.712)	(3.056)
NCE Banco Santander - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(73.109)	(3.462)	(3.964)	(4.466)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(45.016)	(2.132)	(2.441)	(2.750)
CCB Banco Itaú - Tivit Colômbia (b)	IBR + 2,30%	(5.780)	(168)	(186)	(204)
CCB Banco Bogotá - Tivit Colômbia (b)	IBR + 2,50%	(1.083)	(43)	(47)	(52)
CCB Banco ITAU - TIVIT Colombia (b)	IBR + 3,581%	(7.100)	(306)	(331)	(355)
Arrendamentos (IGPM/FGV) - Tivit Brasil (c)	23,14%	(59.367)	(13.677)	(17.097)	(20.516)
Arrendamentos (IGP-DI) - Tivit Brasil (d)	23,08%	(3.620)	(836)	(1.044)	(1.253)
Arrendamentos (IPCA/IBGE) - Tivit Brasil (e)	4,52%	(2.568)	(116)	(145)	(174)
Arrendamentos (IPC) - Latam (f)	3,00%	(66.897)	(2.074)	(2.592)	(3.111)
Aplicações financeiras (a)	100% do CDI (*)	230.809	6.219	7.773	9.327
Efeito líquido no resultado			(40.179)	(48.296)	(56.426)
Deterioração comparada à projeção			-	(8.117)	(16.247)

(*) Média ponderada.

(a) Taxa provável da variação do CDI estimada em 3,50% a.a. Fonte: Central do Brasil/ Focus – Relatório de Mercado de 25 de janeiro de 2021. Argentina não tem sensibilidade de outras taxas, é pré fixada.

(b) Taxa provável IBR utilizada de 1,705% a.a. Fonte: Banco Central de Colômbia Janeiro/2021

(c) Taxa provável da variação do IGPM/FGV estimada em 23,14% a.a. Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Relatório IGP-M dezembro de 2020.

(d) Taxa provável da variação do IGP-DI estimada em 23,08% a.a. Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Relatório IGP-DI dezembro de 2020.

(e) Taxa provável da variação do IPCA/IBGE estimada em 4,52% a.a. Fonte: IBGE | Sistema Nacional de Índices - Relatório IPCA e INPC de dezembro de 2020.

(f) Taxa provável da variação do IPC estimada em 3,0% a.a. Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas | Chile de dezembro de 2020.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários. Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	13.567	21.775	94.184	63.650
CDBs e debêntures compromissadas (*)	228.443	92.874	234.572	98.855
Total	242.010	114.649	328.756	162.505
<u>Caixa e bancos</u>				
Brasil	13.567	21.775	14.892	22.430
USA	-	-	131	149
Chile	-	-	12.878	4.760
Colômbia	-	-	17.427	9.466
Argentina	-	-	14.296	4.783
Peru	-	-	6.061	4.034
Panamá	-	-	17.884	7.248
Equador	-	-	1.132	136
México	-	-	7.084	7.828
Bolívia	-	-	199	268
Paraguai	-	-	2.200	2.548
	13.567	21.775	94.184	63.650
<u>CDBs e debêntures compromissadas</u>				
Brasil (*)	228.443	92.874	228.443	92.874
Argentina	-	-	3.763	30
Stone Age	-	-	2.366	5.951
	228.443	92.874	234.572	98.855
Total	242.010	114.649	328.756	162.505

(*) As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 100% (100% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata, por força de compromissos de recompra, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber faturadas	145.762	145.461	219.006	210.645
Contas a receber a faturar	41.086	42.377	60.523	51.796
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(15.395)	(10.845)	(19.572)	(14.885)
Total	171.453	176.993	259.957	247.556

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 48 dias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (48 dias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	110.005	110.709	167.539	160.663
Vencidas:				
Até 30 dias	13.718	13.701	20.034	19.548
De 31 a 60 dias	1.822	3.452	2.801	6.035
De 61 a 90 dias	647	964	993	1.850
De 91 a 180 dias	4.175	5.790	8.067	7.664
Acima de 180 dias	15.395	10.845	19.572	14.885
Total	145.762	145.461	219.006	210.645

c) As provisões para perdas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas.

A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(7.271)	(8.221)
Adições	(7.546)	(15.880)
Baixas por perda efetiva	120	120
Reversões por recuperação (*)	3.852	9.293
Ajuste de conversão	-	(197)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.845)	(14.885)
Adições	(9.037)	(13.364)
Baixas por perda efetiva	405	405
Reversões por recuperação (*)	4.082	9.550
Ajuste de conversão	-	(1.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.395)	(19.572)

(*) Reversões em função do recebimento de contas.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Suporte e manutenção de software (a)	27.528	31.314	27.970	29.962
Outras	3.321	1.457	7.205	2.509
Total	<u>30.849</u>	<u>32.771</u>	<u>35.175</u>	<u>32.471</u>
Circulante	23.367	26.215	27.287	25.813
Não circulante	7.482	6.556	7.888	6.658

(a) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de suporte e manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados de prestação de serviços.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social	34.086	36.784	50.556	51.772
Imposto sobre serviços - ISS retido sobre faturamento	591	817	7.641	3.672
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	8.041	3.839	8.188	3.839
PIS e COFINS - Crédito sobre custos operacionais	6.042	7.283	6.042	7.283
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	707	1.371	707	1.371
Outros impostos	2.513	1.740	5.097	4.880
Total	<u>51.980</u>	<u>51.834</u>	<u>78.231</u>	<u>72.817</u>

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da Administração serão compensados com o pagamento de impostos federais relacionados à nossa atividade.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo:				
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A.	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205
Tivit Chile Spa	-	-	127.139	93.140
Stone Age (**)	-	-	88.534	88.534
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765	64.765	64.765
Work	39.669	39.669	39.669	39.669
Tivit Colombia S.A.S.	-	-	28.781	21.333
Tivit Peru SRL	-	-	28.243	20.690
Open	21.145	21.145	21.145	21.145
Neobpo (***)	8.886	8.886	8.886	8.886
Synapsis Panama S.A.	-	-	10.207	7.477
One Cloud	-	-	6.489	6.489
Privally (****)	-	-	20.985	-
Outras	17.144	17.144	34.818	30.068
Subtotal	<u>1.325.814</u>	<u>1.325.814</u>	<u>1.653.866</u>	<u>1.576.401</u>
Amortização acumulada	<u>(12.089)</u>	<u>(12.089)</u>	<u>(12.089)</u>	<u>(12.089)</u>
Total	<u>1.313.725</u>	<u>1.313.725</u>	<u>1.641.777</u>	<u>1.564.312</u>

Movimentação do período

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.304.839	1.473.341
Adições	8.886	97.420
Ajustes de tradução (*)	-	(6.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.313.725	1.564.312
Adições	-	20.985
Ajustes de tradução (*)	-	56.480
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.313.725	1.641.777

(*) Resultado da variação dos ajustes de tradução (conversão para moeda de apresentação) durante o exercício de ágios em transações de controladas no exterior.

(**) Empresa adquirida em maio de 2019 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(***) Incorporação parcial na Neobpo ocorrida em 31 de outubro de 2019, descrito na nota explicativa nº 1. Refere-se basicamente à expectativa de rentabilidade futura sobre a operação transferida no processo de incorporação.

(****) Empresa adquirida em novembro de 2020 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

O valor registrado refere-se substancialmente ao ágio de R\$1.174.205 gerado na então controladora Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. em decorrência da aquisição da Companhia em 7 de junho de 2010. Essa empresa foi incorporada pela Companhia em fevereiro de 2011.

Esses ágios são fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado, sendo realizada anualmente avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável (“impairment”).

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) alocado a cada Unidade Geradora de Caixa - UGC deve ser testado para verificar a necessidade de redução ao seu valor recuperável (“impairment”). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o “goodwill”) com o seu valor recuperável e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de redução ao seu valor recuperável. No fim de 2020, a Companhia efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas a seguir descritas, não constatou a necessidade de provisão por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração.

O teste de “impairment” baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 50% do total de ativos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (53% em 31 de dezembro de 2019), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC. Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais, que no caso da Companhia é a localização geográfica (cada país é uma UGC).

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com a IAS 36/CPC 01 (R1) -Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levadas em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição.

Premissas-chave

As premissas-chave consideradas para o teste de “impairment”, ou seja, aquelas para as quais o valor recuperável das unidades geradoras de caixa é mais sensível são as seguintes:

- Volume de vendas na prestação de serviços.
- Margem dos Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - Lajida.
- Dispendio anual para investimentos (Capex).
- Taxa de crescimento.
- Taxa de desconto.

Volume de vendas na prestação de serviços:

- O volume de vendas na prestação de serviços foi estimado com base no desempenho passado da Companhia e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2020. A taxa de crescimento foi estimada com base nos estudos externos, através de pesquisa em órgãos especializados em informações sobre os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e produtos para o consumidor de tecnologia.

Os percentuais estimados de crescimento do volume de venda na prestação de serviços são:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Brasil	(10%)	12%	12%	12%	11%	10%	8%	7%	6%	4%
Chile	10,6%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Colômbia	10,8%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Peru	11,6%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Argentina	43,4%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Margem de LAJIDA

A margem de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para o ano de 2021 está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para o período de 2022 a 2029, a Administração utilizou percentuais de margem que correspondem às condições dos mercados onde a Companhia atua, refletindo as movimentações de tal margem em decorrência do crescimento estimado de receita.

Para o Brasil, país onde está localizado o maior volume de receita da Companhia, foram projetadas para 2021, 2022 e 2023 as margens de LAJIDA de 17%, 19% e 21%, respectivamente. Adicionalmente, para o Chile, que é a segunda maior operação da Companhia, foram projetadas as taxas de 17,8%, 20,3% e 20,5% para os anos de 2021, 2022 e 2023, respectivamente.

Dispêndio anual para investimentos (Capex)

Os investimentos referem-se a equipamentos que serão utilizados em novas operações e foram projetados considerando sua representatividade em relação à receita líquida, advinda de prestação de serviços. Para o ano de 2021, foi utilizado o valor do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e para os demais períodos projetados ficou em 7% da receita líquida, com base na particularidade de cada operação.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa

Após o período projetado, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano projetado (2030), ajustando-se o nível de capital de giro e investimentos adequados ao crescimento em cada país, considerado para o período perpétuo, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Brasil</u>	<u>Chile</u>	<u>Colômbia</u>	<u>Peru</u>
Taxa de crescimento na perpetuidade	4,4%	0,5%	0,5%	0,5%

Taxa de desconto

As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo de capital médio ponderado (WACC), conforme abaixo:

	<u>Brasil</u>	<u>Chile</u>	<u>Colômbia</u>	<u>Peru</u>	<u>Argentina</u>
Taxa de desconto	11,45%	7,86%	8,26%	7,77%	18,82%

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Companhia. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Companhia é obrigada a honrar.

Note-se que a Administração da Companhia optou pelo período de dez anos, por entender que o mesmo demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro e por ter um histórico que demonstra sua capacidade de fazer essa previsão de forma precisa para esse período longo. As estimativas foram efetuadas em termos nominais.

Apesar de a Companhia acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem ser diferentes.

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo	697.384	619.228	836.649	730.421
Amortização acumulada	(492.619)	(433.384)	(602.821)	(505.443)
Total	<u>204.765</u>	<u>185.844</u>	<u>233.828</u>	<u>224.978</u>

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está assim representada:

	Controladora					Total
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	48.522	375.435	-	2.111	132.236	558.304
Adições	-	49.125	6.539	-	3.715	59.379
Transferências	79	2.312	-	(761)	(85)	1.545
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.601	426.872	6.539	1.350	135.866	619.228
Adições	-	55.141	22.487	-	528	78.156
Saldo em 31 de dezembro de 2020	48.601	482.013	29.026	1.350	136.394	697.384
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(100)	(273.800)	-	(2.111)	(111.950)	(387.961)
Transferências	(1.173)	(5.386)	-	761	5.798	-
Despesas de amortização	(138)	(34.808)	(2.244)	-	(8.233)	(45.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.411)	(313.994)	(2.244)	(1.350)	(114.385)	(433.384)
Despesas de amortização	(5)	(49.822)	(3.297)	-	(6.111)	(59.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.416)	(363.816)	(5.541)	(1.350)	(120.496)	(492.619)
Total líquido	47.185	118.197	23.485	-	15.898	204.765
	Consolidado					Total
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.871	399.001	-	5.877	172.549	635.298
Adições	-	49.125	14.512	-	3.719	67.356
Combinação de negócios (c)	-	11.062	-	-	16.529	27.591
Transferências	(8.757)	(489)	-	3.708	7.082	1.544
Ajuste de tradução	745	(659)	-	187	(1.641)	(1.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.859	458.040	14.512	9.772	198.238	730.421
Adições	-	55.141	24.827	22	528	80.518
Ajuste de tradução	459	7.451	-	1.704	16.096	25.710
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.318	520.632	39.339	11.498	214.862	836.649
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.140)	(317.522)	-	(5.047)	(125.003)	(449.712)
Transferências	1.672	18.089	-	19	(19.780)	-
Despesas de amortização	(138)	(33.481)	(5.151)	(2.001)	(15.655)	(56.426)
Ajuste de tradução	(806)	(1.647)	-	324	2.824	695
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.412)	(334.561)	(5.151)	(6.705)	(157.614)	(505.443)
Adições	(5)	(50.087)	(7.312)	(1.730)	(15.007)	(74.141)
Ajuste de tradução	-	(6.710)	-	(1.325)	(15.202)	(23.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.417)	(391.358)	(12.463)	(9.760)	(187.823)	(602.821)
Total líquido	48.901	129.274	26.876	1.738	27.039	233.828

(a) Refere-se à aquisição de contratos para prestação de serviços a determinados clientes. Essas aquisições são relativas, principalmente, ao desenvolvimento de software para esses clientes, e os contratos variam de cinco a dez anos. A amortização está sendo calculada de forma linear, pelo prazo do contrato. Estão registrados nesse grupo os montantes de R\$11.000 e R\$52.944 (R\$11.000 e R\$52.944 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes à alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da Synapsis. A taxa média ponderada da amortização para o exercício é de 9,5% e 7,6% na controladora e no consolidado, respectivamente. Também está registrada a alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da StoneAge no montante de R\$14.938. Referido valor será amortizado em 7 anos. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudo de avaliação econômico-financeira.

(b) Refere-se a aquisição de licenças de uso de software utilizadas na prestação de serviços a clientes.

(c) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes de R\$ 56.273 na controladora e R\$ 69.693 no consolidado (R\$43.042 na controladora e R\$ 45.141 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), referentes à despesa de amortização, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e na rubrica “Despesas gerais e administrativas” foram debitados os montantes de R\$ 2.962 na controladora e R\$ 4.448 no consolidado (R\$ 2.381 na controladora e R\$11.285 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível - “impairment”

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores de perda do valor recuperável desses ativos.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em controladas	379.182	303.691

Informações e movimentações dos saldos para o exercício findo 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	31/12/2020								
	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Tivit Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge (a)
Capital social	215.688	21.323	613	2.457	10	25	339	819	250
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%	100%
Patrimônio líquido	241.780	75.356	9.986	131	1.032	110	2.431	3.100	17.968
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-	88.533
Lucro (prejuízo) do exercício	21.619	6.329	1.196	(69)	(592)	(81)	674	2.017	11.099
									(37)
	31/12/2019								
	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Tivit Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge (a)
Capital social	215.688	21.323	613	2.457	10	25	339	819	250
Percentual de participação	100,00%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%	100%
Patrimônio líquido	178.541	55.659	9.404	157	1.624	150	1.066	3.407	10.114
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-	103.867
Lucro (prejuízo) do exercício	13.620	11.167	(1.317)	(106)	-	(12)	668	1.410	5.027

(*) Em virtude do processo de consolidação, o ágio gerado na aquisição da empresa One Cloud, Stone Age e Privally está sendo apresentado no investimento.

Movimentação dos investimentos

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge (a)	Privally(b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	166.835	14	1.140	62	8.113	151	225	2.093	-	-	178.633
Investimento em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.086	-	5.086
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	88.534	-	88.534
Resultado de equivalência patrimonial	13.620	4	(142)	(106)	-	(12)	668	1.410	3.304	-	18.746
Combinação de negócios - mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-	15.333	-	15.333
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(4.523)	-	16	-	-	11	173	(96)	-	-	(4.419)
Aumento de capital	1.577	-	-	193	-	-	-	-	-	-	1.770
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2019	177.509	18	1.014	157	8.113	150	1.066	3.407	112.257	-	303.691
Investimento em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85)	(85)
Resultado de equivalência patrimonial	21.619	2	129	(69)	(592)	(81)	674	2.017	10.702	(37)	34.364
Combinação de negócios - mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.855)	(2.855)
Dividendos STA	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.857)	-	(16.857)
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	41.373	4	(66)	-	-	43	866	(2.324)	-	-	39.896
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.985	20.985
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	43	-	-	-	-	-	-	43
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>240.501</u>	<u>24</u>	<u>1.077</u>	<u>131</u>	<u>7.521</u>	<u>112</u>	<u>2.606</u>	<u>3.100</u>	<u>106.102</u>	<u>18.008</u>	<u>379.182</u>

(a) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme nota explicativa nº 1.

(b) Empresa adquirida em novembro de 2020, conforme nota explicativa nº 1.

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo	1.475.142	1.392.956	2.067.265	1.834.471
Depreciação acumulada	(1.072.740)	(983.726)	(1.453.178)	(1.259.537)
Total	<u>402.402</u>	<u>409.230</u>	<u>614.087</u>	<u>574.934</u>
Computadores e periféricos	156.403	175.564	158.235	182.204
Máquinas e equipamentos	77.559	80.546	220.799	180.061
Direitos de uso - edificações	81.077	75.048	134.952	120.507
Benfeitorias	10.724	13.162	11.276	13.785
Edificações	23.338	24.162	27.923	27.791
Instalações	30.422	12.359	37.061	18.032
Terrenos	14.090	14.090	15.889	15.753
Móveis e utensílios	5.138	5.776	3.910	7.327
Veículos	3.651	8.523	4.042	9.474
Total	<u>402.402</u>	<u>409.230</u>	<u>614.087</u>	<u>574.934</u>

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está assim representada:

	Controladora			31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	
Custo:				
Terrenos	14.090	-	-	14.090
Edificações	51.130	2	-	51.132
Direitos de uso - edificações	90.372	22.375	-	112.747
Instalações	67.799	19.531	-	87.330
Móveis e utensílios	19.294	244	(2)	19.536
Benfeitorias	129.230	9	-	129.239
Máquinas e equipamentos	218.017	7.824	-	225.841
Computadores e periféricos	780.880	40.142	(372)	820.650
Veículos	22.144	13	(7.580)	14.577
Total	1.392.956	90.140	(7.954)	1.475.142
Depreciação acumulada:				
Edificações	(26.968)	(826)	-	(27.794)
Direitos de uso - edificações	(15.324)	(16.346)	-	(31.670)
Instalações	(55.440)	(1.468)	-	(56.908)
Móveis e utensílios	(13.518)	(882)	2	(14.398)
Benfeitorias	(116.068)	(2.447)	-	(118.515)
Máquinas e equipamentos	(137.471)	(10.811)	-	(148.282)
Computadores e periféricos	(605.316)	(59.147)	216	(664.247)
Veículos	(13.621)	(3.005)	5.700	(10.926)
Total	(983.726)	(94.932)	5.918	(1.072.740)
Total líquido	409.230	(4.792)	(2.036)	402.402

	Consolidado				31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	
Custo:					
Terrenos	15.753	-	-	136	15.889
Edificações	55.269	88	-	983	56.340
Direitos de uso - edificações	142.247	38.588	-	-	180.835
Instalações	84.023	19.531	-	5.293	108.847
Móveis e utensílios	29.245	1.697	(2)	(1.641)	29.299
Benfeitorias	129.913	9	-	-	129.922
Máquinas e equipamentos	556.087	21.321	-	97.271	674.679
Computadores e periféricos	797.310	49.081	(367)	7.573	853.597
Veículos	24.624	13	(7.580)	800	17.857
Total	1.834.471	130.328	(7.949)	110.415	2.067.265

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste de conversão
Depreciação acumulada:				
Edificações	(27.478)	(827)	-	(112)
Direitos de uso - edificações	(21.740)	(24.143)	-	-
Instalações	(65.991)	(2.406)	-	(3.389)
Móveis e utensílios	(21.918)	(1.457)	1	(2.015)
Benfeitorias	(116.128)	(2.518)	-	-
Máquinas e equipamentos	(376.026)	(11.174)	-	(66.680)
Computadores e periféricos	(615.106)	(77.630)	217	(2.843)
Veículos	(15.150)	(3.950)	5.700	(415)
Total	(1.259.537)	(124.105)	5.918	(75.454)
Total líquido	574.934	6.223	(2.031)	34.961

	Controladora					
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Adoção inicial IFRS 16 (i)	Incorporação parcial (ii)
Custo:						
Terrenos	14.090	-	-	-	-	-
Edificações	50.959	157	-	(2)	-	16
Direitos de uso - edificações	-	9.223	(750)	-	75.964	5.935
Instalações	65.341	2.235	-	-	-	223
Móveis e utensílios	18.999	55	(4)	69	-	175
Benfeitorias	125.943	810	-	143	-	2.334
Máquinas e equipamentos	208.840	9.320	(31)	(1.134)	-	1.022
Computadores e periféricos	730.058	51.169	(117)	(677)	-	447
Veículos	23.418	1.061	(2.392)	57	-	-
Total	1.237.648	74.030	(3.294)	(1.544)	75.964	10.152
Depreciação acumulada:						
Edificações	(26.071)	(824)	-	(73)	-	-
Direitos de uso - edificações	-	(11.638)	-	-	(3.686)	-
Instalações	(54.055)	(1.428)	-	43	-	-
Móveis e utensílios	(12.504)	(975)	4	(43)	-	-
Benfeitorias	(111.269)	(4.799)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(128.139)	(10.227)	31	864	-	-
Computadores e periféricos	(549.091)	(56.002)	116	(339)	-	-
Veículos	(11.221)	(3.855)	1.907	(452)	-	-
Total	(892.350)	(89.748)	2.058	-	(3.686)	-
Total líquido	345.298	(15.718)	(1.236)	(1.544)	72.278	10.152

	Consolidado								31/12/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Adoção inicial IFRS 16 (i)	Incorporação parcial (ii)	Combinação de negócios (iii)	Ajuste de conversão	
Custo:									
Terrenos	15.602	-	-	-	-	-	-	151	15.753
Edificações	55.027	319	-	(2)	-	16	-	(91)	55.269
Direitos de uso - edificações	-	13.844	(441)	-	122.909	5.935	-	-	142.247
Instalações	80.199	2.489	-	-	-	223	1.724	(612)	84.023
Móveis e utensílios	27.342	258	(264)	279	-	175	333	1.122	29.245
Benfeitorias	130.656	810	-	143	-	2.334	176	(4.206)	129.913
Máquinas e equipamentos	517.690	32.270	(41)	(1.468)	-	1.022	1.474	5.140	556.087
Computadores e periféricos	740.002	55.270	(1.308)	(677)	-	447	492	3.084	797.310
Veículos	25.798	1.064	(2.439)	181	-	-	-	20	24.624
Total	1.592.316	106.324	(4.493)	(1.544)	122.909	10.152	4.199	4.608	1.834.471
Depreciação acumulada:									
Edificações	(26.406)	(919)	-	(73)	-	-	-	(80)	(27.478)
Direitos de uso - edificações	-	(16.523)	-	-	(5.217)	-	-	-	(21.740)
Instalações	(63.081)	(2.063)	-	43	-	-	(1.301)	411	(65.991)
Móveis e utensílios	(19.503)	(1.235)	224	(43)	-	-	(246)	(1.115)	(21.918)
Benfeitorias	(112.218)	(4.859)	-	-	-	-	-	949	(116.128)
Máquinas e equipamentos	(345.101)	(24.435)	60	864	-	-	(1.257)	(6.157)	(376.026)
Computadores e periféricos	(556.563)	(57.280)	650	(339)	-	-	(347)	(1.227)	(615.106)
Veículos	(11.888)	(4.324)	1.909	(452)	-	-	-	(395)	(15.150)
Total	(1.134.760)	(111.638)	2.843	-	(5.217)	-	(3.151)	(7.614)	(1.259.537)
Total líquido	457.556	(5.314)	(1.650)	(1.544)	117.692	10.152	1.048	(3.006)	574.934

- (i) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, referentes à locação de prédios para suas unidades e prédios administrativos, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem como período de locação prazos que variam entre 1 e 14 anos, os quais são passíveis de extensão por opções de renovação existentes em contrato e pela lei do inquilinato (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991). A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se estas opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.
- (ii) Incorporação parcial ocorrida em 31 de outubro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 1.
- (iii) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$ 90.186 na controladora e R\$ 116.659 no consolidado (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os montantes de R\$ 88.759 na controladora e R\$ 92.854 no consolidado), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e os montantes de R\$ 4.746 na controladora e R\$ 7.446 no consolidado (na controladora R\$4.675 e R\$24.001 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores da necessidade de provisão para redução a seu valor recuperável.

12.1. Contratos de arrendamento financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, os contratos de arrendamento financeiro têm prazo médio de duração de 41 meses (42 meses em 31 de dezembro de 2019) e referem-se, substancialmente, a aquisição de software e hardware para a operação da Companhia. A Companhia possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não possui subarrendamentos.

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

Controladora					
31/12/2020				31/12/2019	
Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	24.731	(12.736)	11.995	11.455
Computadores e periféricos	4 a 8	501.354	(389.672)	111.682	133.762
Software	5	66.017	(50.804)	15.213	18.700
Direito de uso - softwares	2 a 3	29.026	(5.541)	23.485	4.295
Direito de uso - edificações	6	112.747	(31.670)	81.077	75.048
Total		<u>733.875</u>	<u>(490.423)</u>	<u>243.452</u>	<u>243.260</u>

Consolidado					
31/12/2020				31/12/2019	
Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	129.167	(80.993)	48.174	38.500
Computadores e periféricos	4 a 8	501.354	(389.671)	111.683	133.762
Direito de uso - softwares	2 a 3	39.339	(12.463)	26.876	9.361
Direito de uso - edificações	6	180.835	(45.883)	134.952	120.507
Software	5	66.017	(50.804)	15.213	18.700
Total		<u>916.712</u>	<u>(579.814)</u>	<u>336.898</u>	<u>320.830</u>

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão detalhados a seguir:

Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	53.758	45.764
De 1 a 5 anos	128.519	145.926
Mais de 5 anos	6.270	9.246
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>188.547</u>	<u>200.936</u>

Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	71.805	58.547
De 1 a 5 anos	164.375	177.348
Mais de 5 anos	33.153	31.260
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>269.333</u>	<u>267.155</u>

(*) Incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como arrendamentos mercantis (vide nota explicativa nº 15).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as garantias concedidas às operações de arrendamento mercantil, são os próprios ativos dos respectivos contratos.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Licença de uso e manutenção de software	9.678	8.783	21.427	14.326
Serviços profissionais	14.984	14.384	43.601	29.665
Equipamentos de informática e telecomunicação	15.308	23.137	24.178	28.100
Telefonia	1.913	2.067	6.089	4.485
Ocupação	5.387	4.478	8.498	7.314
Benefícios	9.237	7.530	11.066	9.803
Outros itens	6.185	6.646	10.665	10.797
Total	62.692	67.025	125.524	104.490
Circulante	62.595	56.181	121.523	89.093
Não circulante	97	10.844	4.001	15.397

Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 66 dias (56 dias em 31 de dezembro de 2019). Usualmente não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 2ª emissão (a)	-	28.708
Debêntures 3ª emissão (b)	-	40.835
Debêntures 4ª emissão (c)	114.432	133.651
NCE - Banco Bradesco S.A. (d)	83.488	83.352
Nota promissória - Banco Safra (e)	-	23.463
NCE - Banco Santander S.A. (f)	25.152	25.367
NCE - Banco do Brasil S.A. (g)	12.528	25.467
NCE - Banco Santander S.A. (h)	-	25.830
NCE - Banco do Brasil S.A. (i)	12.503	25.015
NCE - Banco Safra (j)	-	25.018
NCE - Banco Santander S.A. (k)	-	50.022
NCE - Banco do Brasil S.A. (l)	33.466	50.012
CCB - Banco Santander S.A. (m)	41.659	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (n)	50.016	-
CCB - Banco Santander S.A. (o)	73.109	-
NCE - Banco Safra (p)	50.068	-
CCB - Banco do Brasil S.A. (q)	45.017	-

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Total ao custo amortizado	541.438	536.740
Custo de captação	(2.975)	(3.574)
Total	538.463	533.166
Parcela do circulante	134.832	83.531
Parcela do não circulante	403.631	449.635
	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 2ª emissão (a)	-	28.708
Debêntures 3ª emissão (b)	-	40.835
Debêntures 4ª emissão (c)	114.432	133.650
NCE - Banco Bradesco S.A. (d)	83.488	83.352
Nota promissória - Banco Safra (e)	-	23.463
NCE - Banco Santander S.A. (f)	25.152	25.367
NCE - Banco do Brasil S.A. (g)	12.528	25.467
NCE - Banco Santander S.A. (h)	-	25.830
NCE - Banco do Brasil S.A. (i)	12.503	25.015
NCE - Banco Safra (j)	-	25.018
NCE - Banco Santander S.A. (k)	-	50.022
NCE - Banco do Brasil S.A. (l)	33.466	50.012
CCB - Banco Santander S.A. (m)	41.659	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (n)	50.016	-
CCB - Banco Santander S.A. (o)	73.109	-
NCE - Banco Safra (p)	50.068	-
CCB - Banco do Brasil S.A. (q)	45.017	-
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (r)	9.561	6.992
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (s)	7.355	5.379
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (t)	8.826	6.455
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (u)	9.047	6.617
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (v)	-	11.033
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (w)	7.355	5.379
Moeda local (ARS) - Banco Itaú - Argentina (x)	208	896
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (y)	88.356	64.724
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil S.A. - Chile (z)	4.631	6.777
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (aa)	-	21.014
Moeda local (COP) - Banco Itaú S.A. - Colômbia (bb)	5.780	6.091
Moeda local (COP) - Banco de Bogota - Colômbia (cc)	1.083	8.321
Moeda local (COP) - Banco Itaú S.A. - Colômbia (dd)	7.100	-
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil S.A. - Chile (ee)	11.281	-
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (ff)	6.248	-
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil S.A. - Chile (gg)	3.610	-
Total ao custo amortizado	711.879	686.417
Custo de captação	(2.975)	(3.629)
Total	708.904	682.788
Parcela do circulante	153.837	114.499
Parcela do não circulante	555.067	568.289

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está apresentada a seguir:

	Controladora					31/12/2020
	31/12/2019	Captações	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	
Tivit - debêntures	203.194	-	5.512	(84.369)	(9.904)	114.433
Custo de captação	(3.574)	(3.613)	4.212	-	-	(2.975)
Tivit - empréstimos	333.546	258.000	16.018	(160.933)	(19.626)	427.005
Total da dívida bruta	<u>533.166</u>	<u>254.387</u>	<u>25.742</u>	<u>(245.302)</u>	<u>(29.530)</u>	<u>538.463</u>

	Consolidado						31/12/2020
	31/12/2019	Captações	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajuste de conversão	
Tivit - debêntures	203.194	-	5.512	(84.369)	(9.904)	-	114.433
Custo de captação	(3.574)	(3.613)	4.212	-	-	-	(2.975)
Tivit - empréstimos	333.546	258.000	16.018	(160.933)	(19.626)	-	427.005
Synapsis - empréstimos	149.677	153.388	10.361	(183.771)	(10.892)	51.678	170.441
Synapsis - Custo de captação	(55)	-	55	-	-	-	-
Total da dívida bruta	<u>682.788</u>	<u>407.775</u>	<u>36.158</u>	<u>(429.073)</u>	<u>(40.422)</u>	<u>51.678</u>	<u>708.904</u>

	Controladora								31/12/2019
	31/12/2018	Captações	Juros incorridos	Variação do valor justo	Liquidação perda	Ajuste MTM	Amortização de principal	Pagamento de juros	
Tivit - debêntures	273.697	-	16.990	-	-	-	(67.662)	(19.831)	203.194
Custo de captação	(4.344)	(1.642)	2.412	-	-	-	-	-	(3.574)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.977)	-	-	1.115	20.862	-	-	-	-
Tivit - empréstimos	311.305	225.000	21.287	-	-	(19.383)	(178.889)	(25.774)	333.546
Total da dívida bruta	<u>558.681</u>	<u>223.358</u>	<u>40.689</u>	<u>1.115</u>	<u>20.862</u>	<u>(19.383)</u>	<u>(246.551)</u>	<u>(45.605)</u>	<u>533.166</u>

	31/12/2018	Captações	Juros incorridos	Variação do valor justo	Liquidação (ganho)/ perda	Ajuste MTM	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajustes de conversão	31/12/2019
Tivit - debêntures	273.697	-	16.990	-	-	-	(67.662)	(19.831)	-	203.194
Custo de captação	(4.344)	(1.642)	2.412	-	-	-	-	-	-	(3.574)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.977)	-	-	1.115	20.862	-	-	-	-	-
Tivit - empréstimos	311.304	225.000	21.287	-	-	(19.382)	(178.889)	(25.774)	-	333.546
Synapsis - empréstimos	167.451	15.949	10.651	-	-	-	(26.563)	(11.488)	(6.323)	149.677
Synapsis - Custo de captação	(169)	-	114	-	-	-	-	-	-	(55)
Total da dívida bruta	<u>725.962</u>	<u>239.307</u>	<u>51.454</u>	<u>1.115</u>	<u>20.862</u>	<u>(19.382)</u>	<u>(273.114)</u>	<u>(57.093)</u>	<u>(6.323)</u>	<u>682.788</u>

- (a) Em 16 de janeiro de 2017, foram emitidas 8.300 debêntures, relativas à 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$10 totalizando R\$83.000, integralizadas em sua totalidade em 17 de fevereiro de 2017, no valor de R\$84.169, valor este acrescido dos juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 18 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 16 de julho de 2018 (devidamente liquidada) e a última em 16 de janeiro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 2,60% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 3.907.339 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,32% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 125% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia. Em 16 de janeiro de 2020, foi liquidado conforme previsto contratualmente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.

- (b) Em 20 de setembro de 2017, foram emitidas 100.000 debêntures, relativas à 3ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1 totalizando R\$100.000, integralizadas em sua totalidade em 27 de setembro de 2017, no valor de R\$100.205, valor este considerando os juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 5 parcelas, com 12 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de setembro de 2018 (devidamente liquidada) e a última em 20 de setembro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 2,55% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. As debêntures são da espécie quirografária. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia. Em 21 de setembro de 2020, foi liquidado conforme previsto contratualmente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.
- (c) Em 29 de junho de 2018, foram emitidas 130.000 debêntures, relativas à 4ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$130.000, integralizadas em sua totalidade em 29 de junho de 2018, no valor de R\$130.000. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 37 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 21 de janeiro de 2021 e a última em 21 de janeiro de 2022, com remuneração semestral pela variação de 123% taxa do CDI, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 4.610.039 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,94% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 100% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia e também como reforço de caixa.
- (d) Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. Em 27 de março de 2017, o valor principal foi prorrogado, ao custo de 125% do CDI, para pagamento em 3 parcelas semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 11 de junho de 2018 o respectivo valor do Principal foi prorrogado e houve uma captação adicional no valor de R\$75.000, ambos ao custo de 121% do CDI, com pagamento de juros semestrais, carência de 24 meses e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 12 de junho de 2020 e a última com vencimento para 11 junho de 2021. Em 30 de dezembro de 2019, foi liquidado antecipadamente a parcela com vencimento em 12 de junho de 2020 e prorrogado, ao custo de 128% do CDI, o vencimento 2ª parcela para 04 de janeiro de 2021, sendo a última parcela em 11 de junho de 2021. Em 2 de dezembro de 2020, o respectivo saldo do empréstimo foi prorrogado ao custo de CDI + 2,40%a.a., com pagamento de juros semestral e amortização do principal em 4 parcelas, sendo a primeira em 16 de junho de 2022 e a última em 11 de dezembro de 2023.

- (e) Em 27 de dezembro de 2017, foram emitidas 18 notas promissórias pelo Banco Safra, relativas à 1ª emissão de notas promissórias da Companhia, sendo emitidas 2 notas promissórias, no valor nominal unitário de R\$1.000, para a 1ª, 3ª e 5ª series de notas promissórias e 4 notas promissórias no valor nominal de R\$4.500 para a 2ª, 4ª e 6ª series de notas promissórias, totalizando R\$60.000, integralizadas em sua totalidade em 28 de dezembro de 2017. As notas promissórias são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 6 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 27 de junho de 2018 (devidamente liquidada) e a última em 20 de dezembro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 1,98% ao ano, conforme a escritura de emissão das notas promissórias. As Notas promissórias não contam com qualquer garantia real ou fidejussória. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para as necessidades de capital de giro da Companhia. Em 20 de dezembro de 2019, as parcelas com vencimento em 20 de dezembro de 2020 foram prorrogadas para pagamento em 28 de janeiro de 2021. Em 21 de dezembro de 2020, a respectiva parcela foi liquidada antecipadamente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.
- (f) Em 1º de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 118% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 22 de março de 2021 e a última com vencimento para 16 março de 2022.
- (g) Em 23 de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 10 de março de 2021 e a última com vencimento para 10 março de 2022. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente.
- (h) Em 28 de junho de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 118% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 22 de julho de 2020 e a última com vencimento para 16 junho de 2022. Em 17 de dezembro de 2020, o respectivo contrato foi liquidado antecipadamente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.
- (i) Em 24 de julho de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 25 de junho de 2021 e a última com vencimento para 25 de junho de 2022. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente.
- (j) Em 26 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Safra S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 25 de janeiro de 2021. Em 28 de dezembro de 2020, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.

- (k) Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,40% a.a., com pagamento de juros e amortização do Principal em 5 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento 05 de janeiro de 2021 e a última com vencimento para 07 de dezembro de 2022. Em 17 de dezembro de 2020, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.
- (l) Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 4 de janeiro de 2021 e a última com vencimento para 02 de janeiro de 2023. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente.
- (m) Em 20 de março de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma CCB – Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$40.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 3,03% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 19 de março de 2021.
- (n) Em 30 de março de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,20% a.a., com pagamento de juros mensais, e amortização do Principal em 30 de junho de 2021. Em 28 de Dezembro de 2020, o respectivo empréstimo foi prorrogado, ao custo de CDI+2,55% aa, com pagamento dos juros semestralmente e amortização do principal em 3 parcelas, iguais e consecutivas, sendo a 1ª. Parcela com vencimento em 30 de março de 2022 e a última parcela em 30 de março de 2023.
- (o) Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma CCB – Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$73.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,30% a.a., com pagamento de juros semestrais, e amortização do principal em 5 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 11 de janeiro de 2022 e a última com vencimento para 18 de dezembro de 2023.
- (p) Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Safra S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,40026% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 18 de janeiro de 2022 e a última com vencimento para 18 de janeiro de 2024.
- (q) Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma CCB – Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$45.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,55% a.a., com pagamento de juros semestrais, e amortização do principal em 3 parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 30 de dezembro de 2022 e a última com vencimento para 30 de dezembro de 2023.
- (r) Em 20 de julho de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 26 de julho de 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 6,60%a.a. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (s) Em 11 de agosto de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 2 de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 7,08% a.a. Em 4 de junho de 2018, a taxa de juros do respectivo empréstimo foi renegociada ao custo de 6,60% a.a., e com pagamento de juros semestrais. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.

- (t) Em 29 de março de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.200.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (u) Em 31 de julho de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.230.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (v) Em 28 de junho de 2018, a Tivit Chile, captou junto ao Banco Itaú Chile um empréstimo no valor de CLP 2.056.600 (pesos Chilenos), ao custo de 5,76% a.a., com vencimento para 28 de maio de 2021. Em 30 de junho de 2020, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.
- (w) Em 19 de março de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos) ao custo de 6,60% a.a., com vencimento para 20 de maio de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (x) Em 27 de abril de 2018, a Tivit Argentina captou, junto ao Banco do Itaú Argentina S.A., um empréstimo no valor de ARS 30.000 (pesos Argentinos), ao custo de 31,15% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 36 meses, sendo primeira parcela com vencimento para 27 de maio de 2018, devidamente liquidada e a última com vencimento para 27 abril de 2021.
- (y) Em 29 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Itaú Chile S.A., um empréstimo no valor de CLP 12.064.000 (pesos chilenos), ao custo 5,76% a.a., com vencimento em 28 de maio de 2021. Em 28 de dezembro de 2020 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 29 de dezembro de 2022, ao custo de 3,15% a.a.
- (z) Em 27 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP 1.890.000 (pesos chilenos), ao custo 6,95% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo primeira parcela com vencimento para 21 de junho de 2019 e a última para 11 de junho de 2021.
- (aa) Em 25 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 3.907.610 (pesos chilenos), ao custo 7,00% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 16 de junho de 2020. Em 17 de dezembro de 2020, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo devedor para o contrato.
- (bb) Em 29 de novembro de 2018, a TIVIT Colombia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP 7.500.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,30%a.a., para pagamento em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 28 de maio de 2019 e a última parcela com vencimento e 13 de novembro de 2021
- (cc) Em 30 de dezembro de 2019, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 6.866.666.660 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,50%, para pagamento em 10 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2020 e a última parcela vencimento em 30 de dezembro de 2022.

- (dd) Em 24 de março de 2020, a TIVIT Colombia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP 5.000.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 3,581%a.a., para pagamento em 12 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 24 de junho de 2020 e a última parcela com vencimento e 27 de março de 2023.
- (ee) Em 25 de junho de 2020, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.537.000 (pesos chilenos), ao custo 5,04% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 16 de maio de 2020.
- (ff) Em 16 de setembro de 2020, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Scotiabank, um empréstimo no valor de CLP 851.010 (pesos chilenos), ao custo 2,752% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal com vencimento para 16 de novembro de 2020. Em 11 de novembro de 2020 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de fevereiro de 2021, ao custo de 2,252% a.a.
- (gg) Em 06 de outubro de 2020, a Tivit Peru captou, junto ao Banco de Crédito BCP, um empréstimo no valor de PEN 2.500.000 (novo sol peruano), ao custo 1,34% a.a., para pagamento em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 08 de novembro de 2021 e a última parcela com vencimento em 05 de outubro de 2023.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	288.658	-	373.803
2022	222.642	-	370.507	196.008
2023	165.467	-	169.040	-
2024	16.667	162.500	16.665	-
	404.776	451.158	556.212	569.811
Custo de captação	(1.145)	(1.523)	(1.145)	(1.522)
Total	403.631	449.635	555.067	568.289

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

"Covenants" financeiros

Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía debêntures e determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, sendo definido conforme contrato e descritas a seguir:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.
- O LAJIDA ajustado ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.

- O limite do índice financeiro, a ser atingido pela Companhia, está definido como a relação entre dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes em cada trimestre dos anos de 2020, 2021 e 2022 ou até a Data de Vencimento, para os empréstimos relacionados nos itens (c, d, i, n, o).
- Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice financeiro acima descrito de 1,16 (1,74 em 31 de dezembro de 2019).

“Covenants” não financeiros

A seguir estão apresentados os principais “covenants” não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanado no prazo de dez dias úteis.
- Transformação da forma societária da Companhia de Companhia por ações para Companhia limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- A garantia ou o contrato de alienação fiduciária de ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia.
- Redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Companhias por Ações; ou (b) no âmbito da cisão permitida.
- Mudança ou transferência de controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação; ou (b) no âmbito de oferta pública de ações, limitadas ao máximo de 50% das ações em circulação na data da emissão das debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000, atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou seu equivalente em outras moedas.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer controlada em valor igual ou superior a R\$30.000 em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos debenturistas.
- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

- Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia) e LAJIDA seja igual ou maior que 2,50 vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de “stock option” aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com os “covenants” não financeiros.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos mercantis (a)	106.126	123.252	130.203	142.789
Arrendamentos mercantis - direitos de uso (b)	82.421	77.684	139.130	124.366
Total	<u>188.547</u>	<u>200.936</u>	<u>269.333</u>	<u>267.155</u>
Parcela do circulante	53.758	45.764	71.805	58.547
Parcela do não circulante	134.789	155.172	197.528	208.608

- (a) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Em 15 de junho de 2016, a Companhia realizou uma operação de “sale & leaseback”, a valor de livros no montante de R\$54.093, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 30 de junho de 2017, foi renegociada a extensão da data de vencimento dos contratos de “sale & leaseback” para 13 de dezembro de 2021, com juros de 100% da variação do CDI mais 1,90% a.a.
- (b) Referem-se ao registro do direito de uso de certos ativos de acordo com os critérios estabelecidos na IFRS 16/CPC 6 (R2).

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 estão apresentadas a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	140.588	159.576
Saldo de abertura IFRS 16	75.964	122.909
Novos contratos	56.850	71.612
Juros incorridos	18.203	22.439
Variação cambial	-	(143)
Ajuste de conversão	-	(549)
Pagamento de juros	(9.800)	(12.620)
Pagamento de principal	(80.869)	(96.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	200.936	267.155
Novos contratos	190.452	209.430
Baixa de contratos	(120.373)	(120.373)
Juros incorridos	11.966	16.824
Variação cambial	-	569
Ajuste de conversão	-	6.247
Pagamento de juros	(10.891)	(12.259)
Pagamento de principal	(83.543)	(98.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>188.547</u>	<u>269.333</u>

As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários. Essa provisão está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributárias (a)	24.527	20.244	39.845	35.047
Trabalhistas e previdenciárias (b)	72.311	69.599	100.024	94.105
Cíveis (c)	130	530	130	530
Total	<u>96.968</u>	<u>90.373</u>	<u>139.999</u>	<u>129.682</u>
Circulante	35.510	15.445	36.420	16.118
Não circulante	61.458	74.928	103.579	113.564

- (a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer face a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e incidência de PIS e COFINS sobre a parcela das receitas de determinadas atividades.

- (b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais riscos relacionados a essas disputas, mas ainda não materializados. Deste valor, o montante de R\$20.936 (R\$15.989 em 31 dezembro de 2019), refere-se a provisões para contingências constituídas por ocasião da aquisição do Grupo Work e Synapsis.
- (c) Referem-se, principalmente, a provisões constituídas para fazer face a eventuais discussões judiciais, relativas a questões contratuais.

Em 6 de abril de 2016 e em 5 de novembro de 2019, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$795.902 (R\$224.669 de principal e R\$571.233 de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014 e período de abril de 2014 a dezembro de 2016, respectivamente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia estima que a chance de perda nesse questionamento é possível para determinadas matérias no valor total de R\$667.745 e remota para outras no valor total de R\$128.157.

Em 1º de janeiro de 2019, passou a ser vigente a IFRIC 23 (ICPC 22) - incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro. A norma escreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia especifique requisitos de divulgação para incertezas relacionadas a tributos sobre o lucro correntes e diferidos (ativos e passivos) e deve ser aplicada conforme a legislação vigente. A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos e concluiu que não há incertezas sobre o tratamento fiscal de acordo com a legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, a Companhia é ainda parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos externos é de aproximadamente R\$233.530, dividido em R\$58.877, R\$18.938 e R\$155.715 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R\$216.156 dividido em R\$70.194, R\$4.543 e R\$ 141.419 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 2019) e estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	44.064	72.128
Adições e utilizações	35.108	35.108
Incorporação Neobpo	24.357	24.357
Combinação de negócios	-	12.450
Pagamentos	(13.156)	(13.717)
Ajuste de conversão	-	(644)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	90.373	129.682
Adições e utilizações	61.528	57.209
Combinação de negócios	-	2.855
Pagamentos	(54.933)	(60.754)
Ajustes de conversão	-	11.007
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>96.968</u>	<u>139.999</u>

16.1. Depósitos judiciais e garantias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível. A Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, registrou os saldos de depósitos judiciais, que estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

A Companhia também reconheceu um ativo no montante de R\$3.428 na controladora e R\$31.470 no consolidado (R\$3.428 controladora e R\$27.391 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), decorrentes das garantias contratuais firmadas com os antigos acionistas da Tivit Chile (Synapsis).

Esses depósitos e garantias estão assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributárias	-	-	13.759	13.500
Trabalhistas e previdenciárias	28.400	25.734	42.683	36.197
Total	<u>28.400</u>	<u>25.734</u>	<u>56.442</u>	<u>49.697</u>
Parcela do circulante	15.930	6.274	15.930	6.274
Parcela do não circulante	12.470	19.460	40.512	43.423

17. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	1.531	7.287	1.531	7.287
ISS	7.385	7.612	9.202	7.826
COFINS	10.633	8.939	10.636	8.940
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	8.949	8.465	9.091	8.609
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB	7.894	7.934	8.080	8.112
PIS	1.066	1.428	1.066	1.428
Imposto de renda e contribuição social	25.810	17.947	39.474	26.062
Outros	4.065	2.608	20.748	13.129
Total	67.333	62.220	99.828	81.393
Parcela do circulante	65.802	54.933	98.289	74.091
Parcela do não circulante	1.531	7.287	1.539	7.302

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano 2009, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota correspondente à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

18. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para férias e encargos sociais	55.663	50.229	65.664	57.189
Participação nos resultados	33.368	17.749	49.682	29.544
Salários e encargos sociais	12.499	9.249	16.456	12.333
Outros	5.385	4.549	6.681	5.268
Total	106.915	81.776	138.483	104.334

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:				
Prejuízo fiscal e base negativa	178.572	190.288	180.540	190.288
Provisão para fornecedores	9.130	9.759	9.162	11.240
Ágio amortizado antes da incorporação	5.230	5.230	5.230	6.133
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.234	3.687	5.234	4.899
Provisão para dissídios e encargos sociais	5.071	3.912	8.076	5.881
Provisão para bônus	5.973	6.195	8.783	9.179
Provisão para SAT	380	1.206	380	1.206
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	1.467	1.468	1.661	1.468
Provisão para plano de ações	-	246	-	246
Provisão para contingências	10.544	3.566	10.544	3.256
Provisão - Incorporação Neobpo	6.423	6.423	6.421	6.423
Outros	1.839	2.969	34.189	15.551
Total	229.863	234.949	270.220	255.770

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ágio de incorporadas (i)	437.595	437.157	437.595	437.157
Diferenças temporárias (ii)	58.529	50.879	58.529	50.879
Ativo fixo financeiro líquido	-	-	9.964	6.875
Ativo fixo - "arrendamentos mercantis"	-	-	18.637	4.832
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios (iii)	2.766	2.766	10.599	12.513
"Mais valia" de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios (iii)	532	532	532	3.059
Outros	705	-	1.912	-
Total	500.127	491.334	537.768	515.315

- (i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações.
- (ii) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por meio de arrendamento mercantil, já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa de contribuição social, e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.
- (iii) Refere-se à diferença temporária decorrente da alocação do preço pago da aquisição da Tivit Chile (Synapsis).

c) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos"

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	228.320	(488.754)	(260.434)
Adições	41.480	(56.739)	(15.259)
Baixas	(34.851)	54.159	19.308
Saldo em 31 de dezembro de 2019	234.949	(491.334)	(256.385)
Adições	20.989	(8.878)	12.111
Baixas	(26.075)	85	(25.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	229.863	(500.127)	(270.264)
Classificados no ativo			-
Classificados no passivo			(270.264)

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	251.611	(513.883)	(262.272)
Adições	50.963	(67.349)	(16.386)
Baixas	(47.719)	66.754	19.035
Ajuste de tradução	915	(837)	78
Saldo em 31 de dezembro de 2019	255.770	(515.315)	(259.545)
Adições	23.096	(15.130)	7.966
Baixas	(24.353)	8.320	(16033)
Ajuste de tradução	15.707	(15.643)	64
Saldo em 31 de dezembro de 2020	270.220	(537.768)	(267.548)
Classificados no ativo			-
Classificados no passivo			(267.548)

d) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora	Consolidado
2021	24.562	32.114
2022	34.774	37.348
2023	46.761	44.167
2023	60.979	51.089
2025 em diante	62.787	105.502
Total	229.863	270.220

e) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	202.491	145.227	213.027	156.677
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(68.847)	(49.377)	(72.429)	(53.270)
Bônus – estatutários	(6.538)	(885)	(6.538)	(885)
Equivalência patrimonial	11.684	6.374	-	-
Juros sobre capital próprio	22.983	22.694	22.983	22.694
Imposto pago por presunção – Exterior	-	-	-	(980)
Diferenças de alíquotas – Exterior	-	-	1.324	(321)
Ajuste de tradução	-	-	(142)	(77)
Ajuste de reversão de imposto de renda no exterior	-	-	-	(551)
Outros	873	1.147	4.421	1.893
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do período	(39.845)	(20.047)	(50.381)	(31.497)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	(26.098)	(17.672)	(42.378)	(27.468)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.747)	(2.375)	(8.003)	(4.029)
Alíquota efetiva	20%	14%	24%	20%

Alterações nas legislações tributárias - Argentina, Colômbia e Chile*Reforma tributária argentina*

Em 29 de dezembro de 2017, foi modificada a Lei do Imposto de Renda na Argentina cujo efeito principal é uma diminuição na taxa de imposto de renda para os lucros não distribuídos, passando de um percentual de 35% em 2017 para 20% no ano de 2021. Para os anos de 2019 e 2020 a taxa de imposto de renda foi de 30%. No caso de os dividendos serem distribuídos sobre os lucros para esses anos (2019 a 2020), a alíquota aplicável é de 35%, para o qual o imposto já pago deve ser deduzido.

No caso das empresas com prejuízo fiscal, a taxa que se aplica como crédito para cada ano é a seguinte:

- 2018 - 30%.
- 2019 - 30%.
- 2020 - 25%.

Reforma tributária chilena

Em 29 de setembro de 2014, foi aplicada uma reforma tributária que introduziu diversos ajustes no sistema tributário do Chile. Entre as principais alterações, essa reforma acrescenta um novo sistema fiscal semi-integrado, em que os contribuintes podem escolher livremente como pagar seus impostos. Para a Tivit Chile, aplica-se o sistema de tributação semi-integrado, conforme estabelecido por lei, sem descartar que no futuro mude para o sistema de renda atribuída.

O sistema semi-integrado proporciona um aumento gradual dos impostos de primeira categoria para os anos comerciais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 em diante: 21%, 22,5%, 24%, 25,5% e 27%, respectivamente.

Reforma tributária colombiana

Em 28 dezembro de 2018, na Colômbia, foram introduzidas algumas modificações no regime fiscal para o exercício de 2019, conforme a seguir:

Imposto de renda: em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, a taxa de imposto de renda para as empresas da Colômbia:

<u>Tipo companhia</u>	<u>Ano</u>	<u>Tarifa</u>
Companhia nacional	2019	33%
Companhia nacional	2020	32%
Companhia nacional	2021	31%
Companhia nacional	2022	30%
Companhia em zona franca	2019	20%

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.106.214 está dividido em 91.975.060 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	31/12/2020		31/12/2019	
	Número de ações	%	Número de ações	%
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	86.422.871	93,96	86.422.871	93,96
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.492.015	4,88	4.492.015	4,88
Ações em tesouraria	777.448	0,85	395.245	0,43
Outros	282.726	0,31	664.929	0,73
Total	<u>91.975.060</u>	<u>100,00</u>	<u>91.975.060</u>	<u>100,00</u>

A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de 134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2019, no dia 15 de fevereiro de 2019 foram recompradas 395.245 ações para manutenção em tesouraria. Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019, a Companhia aumentou o seu capital social em R\$120 em função da incorporação do acervo líquido cindido de sua parte relacionada Neobpo. As variações ocorridas em referido acervo no período compreendido entre 30 de setembro e 31 de outubro de 2019 no montante negativo de R\$5.174 foram refletidas no patrimônio líquido da Companhia.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de janeiro de 2020, instrumento particular de compra e venda de ações datado de 30 de junho de 2020 e distrato de compra e venda de ações foram movimentadas 382.203 ações para manutenção em tesouraria.

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

Em 28 de março de 2019, foram destinados R\$13.218 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2019.

Em 23 de julho de 2019, foram destinados R\$7.112 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2019.

Em 31 de agosto de 2019 houve a liquidação de mútuo concedido a determinados funcionários no período de 2016 a 2018.

Em 27 de setembro de 2019, foram destinados R\$12.000 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2019.

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor de R\$25.591 referente ao ano de 2018 e juros sobre capital próprio no valor de R\$32.330 referente ao exercício de 2019, respectivamente.

Em 27 de dezembro de 2019 e 24 de janeiro de 2020, foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao último trimestre de 2019, totalizando R\$34.415, pagos em 4 de janeiro de 2021.

Em 31 de março de 2020, foram destinados R\$15.718 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de junho de 2020, foram destinados R\$15.950 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, foram destinados R\$15.710 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de dezembro de 2020, foram destinados R\$20.167 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

c) Reserva do programa de compra de ações

Refere-se à contrapartida do reconhecimento da despesa referente ao plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das conversões das demonstrações financeiras de controladas no exterior que tenham moeda funcional diferente da moeda de reporte. O efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Considera-se também o efeito da variação cambial sobre contas a pagar gerado a partir da transferência do controle societário das controladas Synapsis Argentina SRL, Synapsis Chile e Synapsis Peru SRL (vide nota explicativa nº 21), devido a essas transações fazerem parte do investimento líquido da aquisição da Synapsis.

e) Destinação do lucro

	2020	2019
(+) Lucro líquido do exercício	162.646	125.180
(-) Reserva legal - 5%	(8.132)	(6.259)
(-) JCP/Dividendos pagos/propostos	(106.174)	(96.476)
Reserva de lucros constituída	<u>48.340</u>	<u>22.445</u>

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo circulante</u>				
Contas a receber:				
Tivit Chile	91	94	-	-
Tivit Peru SRL	136	98	-	-
Tivit USA	8	-	-	-
Tivit México	498	406	-	-
Tivit México (f)	-	3.244	-	-
Tivit Chile (i)	6.800	-	-	-
Tivit Argentina (f)	6.756	5.271	-	-
Tivit Equador (f)	-	4.864	-	-
Privally	201	-	-	-
Total Controladas	14.490	13.977	-	-
Coligada:				
Neobpo (d)	1.711	2.910	1.711	2.910
Total Coligada	1.711	2.910	1.711	2.910
Total ativo circulante	16.201	16.887	1.711	2.910
<u>Ativo não circulante</u>				
Mútuo:				
Coligada:				
Neobpo (a)	-	17.418	-	17.418
Total coligada	-	17.418	-	17.418
Total ativo não circulante	-	17.418	-	17.418
<u>Passivo circulante</u>				
Contas a pagar:				
Controlada				
Tivit Chile (i)	-	3.081	-	-
Total controlada	-	3.081	-	-
Coligada:				
Neobpo (e)	645	540	645	540
Neobpo (b)	-	879	-	879
Total coligada	645	1.419	645	1.419
Total passivo circulante	645	4.500	645	1.419

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo não circulante</u>				
Contas a pagar:				
Tivit Argentina SRL (c)	13.800	13.800	-	-
Tivit Chile (c)	12.335	9.087	-	-
One Cloud	1.556	1.556	-	-
Tivit Peru SRL (c)	39	29	-	-
Total controladas	27.730	24.472	-	-
Mútuo:				
Controladas:				
Tivit Chile (g)	-	12.868	-	-
Tivit Peru (h)	-	5.363	-	-
Total controladas	-	18.231	-	-
Total mútuo	-	18.231	-	-
Total passivo não circulante	27.730	42.703	-	-
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Resultado líquido</u>				
Neobpo (a) (b) (e)	6.030	4.312	6.030	4.312
México (f)	10.478	3.244	-	-
Tivit Argentina (f)	-	5.271	-	-
Chile (i)	(33.833)	(14.788)	-	-
Atualização monetária - contrato de mútuo (a)	870	1.354	870	1.354
Variação cambial	(2.577)	779	(4.062)	198
Total	(19.032)	172	2.838	5.864

- (a) Refere-se a contrato de mútuo com prazo de quitação previsto para 2021 conforme definido no anexo 1 do Segundo Aditamento ao contrato de mútuo datado de 29 de setembro de 2017. As parcelas serão acrescidas de 100% (cem por cento) da variação das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 - Segmento Cetip UTM, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 2,3198% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo devedor, a partir da data de início do contrato até o dia da efetiva liquidação das parcelas previstas. Em 18 de dezembro de 2020, o contrato foi liquidado antecipadamente pela Neobpo.
- (b) Referem-se a saldos a pagar pela Companhia para a parte relacionada Neobpo em decorrência da separação razoável das obrigações de cada uma no momento da cisão das operações de "Business Process Outsourcing - BPO", ocorrida em 31 de dezembro de 2016.

- (c) Em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu a Synapsis Brasil S.A. da Tivit Chile e Synapsis Argentina SRL, gerando um passivo a pagar para essas empresas nos montantes de R\$ 947 e R\$ 18.022, respectivamente. Em fevereiro de 2017, foram amortizados R\$3.204 e em novembro de 2018 amortizados R\$1.018 do valor a pagar à Synapsis Argentina.

Exceto pelo valor de R\$947, o montante de R\$12.138, sendo Tivit Chile R\$12.099 e Synapsis Peru R\$39, refere-se a conta corrente entre a Companhia e essas controladas. A Companhia não tem um cronograma definido para a quitação desse passivo. Essas transações não têm atualização monetária.

- (d) Refere-se a contas a receber referente ao contrato de prestação de serviços de TI e “cloud” para a Neobpo.
- (e) Refere-se ao contrato de aluguel de espaços utilizados para a prestação de serviços a determinados clientes.
- (f) Refere-se à prestação de serviços de implementação e consolidação de data center na controlada Tivit México, Tivit Argentina e Tivit Equador.
- (g) Refere-se ao contrato de mútuo em peso chileno, quitado em junho de 2020.
- (h) Refere-se ao contrato de mútuo em novo sol, quitado em junho de 2020.
- (i) Refere-se ao contrato em dólar norte-americano (US\$) para prestação de serviços de implementação e consolidação de “cloud” na controlada Tivit Chile em 2020. Em 2021 esses serviços foram prestados pela controlada Tivit Chile.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tinha o montante de R\$ 161.801 referente a avais e garantias concedidas para as controladas Tivit Chile, Tivit Colômbia e Synapsis Argentina.

22. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receita de serviços prestados</u>				
Mercado interno	1.576.036	1.507.067	1.998.448	1.844.120
Mercado externo	7.605	13.160	7.605	4.646
Impostos sobre serviços prestados (*)	(214.765)	(208.638)	(218.185)	(210.498)
Receita líquida de serviços	<u>1.368.876</u>	<u>1.311.589</u>	<u>1.787.868</u>	<u>1.638.268</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

23. INFORMAÇÃO POR REGIÃO (CONSOLIDADO)

	Brasil		Latam		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de serviços prestados	1.627.337	1.528.450	378.716	320.316	2.006.053	1.848.766
Impostos sobre serviços prestados (*)	(218.185)	(210.498)	-	-	(218.185)	(210.498)
Receita líquida de serviços	<u>1.409.152</u>	<u>1.317.952</u>	<u>378.716</u>	<u>320.316</u>	<u>1.787.868</u>	<u>1.638.268</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

24. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	628.552	650.779	803.563	783.223
Depreciações e amortizações	154.167	138.857	198.246	173.281
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	237.100	177.008	295.433	197.467
Despesas com ocupação	41.734	39.976	53.283	51.202
Telefonia, conectividade e "link"	17.194	17.418	29.279	28.029
Aluguel	930	3.070	6.356	7.718
Serviços de terceiros	41.834	55.048	75.668	92.822
Viagens	2.706	8.228	6.337	12.671
Equivalência patrimonial	(34.364)	(18.746)	-	-
Outros custos e despesas, líquidas	28.661	35.243	41.817	57.819
Total	<u>1.118.514</u>	<u>1.106.881</u>	<u>1.509.982</u>	<u>1.404.232</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	1.017.495	997.038	1.328.462	1.234.677
Despesas com vendas	65.278	52.271	78.485	63.989
Despesas gerais e administrativas	70.281	76.453	103.211	105.716
Resultado de equivalência patrimonial	(34.364)	(18.746)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	(176)	(135)	(176)	(150)
Total	<u>1.118.514</u>	<u>1.106.881</u>	<u>1.509.982</u>	<u>1.404.232</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.725	5.770	5.046	6.345
Outras receitas	1.723	2.019	1.734	2.512
Total	<u>6.448</u>	<u>7.789</u>	<u>6.780</u>	<u>8.857</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(34.563)	(43.038)	(44.740)	(54.070)
Juros de arrendamento	(11.966)	(18.203)	(16.824)	(22.500)
Outras despesas financeiras	(7.056)	(6.184)	(8.789)	(9.654)
Variação do Valor Justo - Swap CDI	-	4.110	-	4.110
Ajuste MTM Swap	-	(3.709)	-	(3.709)
Total	<u>(53.585)</u>	<u>(67.024)</u>	<u>(70.353)</u>	<u>(85.823)</u>
Variação cambial, líquida	<u>(734)</u>	<u>(246)</u>	<u>(1.286)</u>	<u>(393)</u>
Total	<u>(734)</u>	<u>(246)</u>	<u>(1.286)</u>	<u>(393)</u>
Resultado financeiro	<u>(47.871)</u>	<u>(59.481)</u>	<u>(64.859)</u>	<u>(77.359)</u>

26. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$14.842 na controladora e consolidado (R\$14.766 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários	7.106	7.272
Bônus	7.427	5.097
Plano de opção de compra de ações	-	2.043
Outros benefícios	309	354
Total	<u>14.842</u>	<u>14.766</u>

27. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Controladora

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 13 de julho de 2010 (Plano 1) e em 26 de dezembro de 2016 (Plano 2), os acionistas da Companhia aprovaram os planos de opção de compra de ações da Companhia para os diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de ações ordinárias de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 6% do total de ações ordinárias, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo binomial de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações								Premissas valor justo		
Plano	Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação	(*) Preço de exercício - reais	Precificação de opções a data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
1	2010	4.993.106	-	-	4.993.106	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2011	627.607	-	(415.803)	5.204.910	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2012	1.028.401	-	(766.413)	5.466.898	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	337.652	-	(231.802)	5.572.748	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	106.827	-	-	5.679.575	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2014	15.000	-	(402.449)	5.292.126	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2015	423.547	(1.383.369)	(181.523)	4.150.781	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2016	31.357	-	(120.672)	4.061.466	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
2	2016	3.397.810	-	(98.000)	3.299.810	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
1	2017	225.386	(4.286.852)	-	-	-	-	-	-	-
2	2017	152.790	-	(93.333)	3.359.267	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
2	2018	710.000	-	(33.333)	4.035.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(57.500)	3.978.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(30.000)	3.948.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(102.500)	3.845.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2020	130.000	-	-	3.975.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2020	-	-	(188.750)	3.787.184	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2020	-	-	(85.000)	3.702.184	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2020	37.500	-	-	3.739.684	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos

(*) Em função da cisão do segmento de BPO, a Administração da Companhia aprovou a segregação do preço de exercício dos Planos 1 e 2 entre a Companhia e a Neobpo, conforme demonstrado abaixo:

	Tivit	Neobpo	Total
Plano 1	9,48	3,52	13,00
Plano 2	28,95	3,05	32,00

A Companhia teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das letras no tesouro nacional (LTN) com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

Para o exercício de 2020, não tivemos despesas referente ao valor justo das opções concedidas. Para o exercício de 2019, foi de R\$724, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Controladas (Tivit Chile e Tivit Colômbia)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta para o Plano Phantom de Stock Options Latam. Esse plano possui o prazo de 4 anos (2015 a 2019) e será liquidado em caixa. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 420.000 opções “phantom”.

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações							Premissas valor justo		
Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação (efeito acumulado)	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
2015	390.000	-	-	390.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	4 anos
2018	20.000	(11.700)	(18.300)	380.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	2 anos
2019	10.000	(48.000)	-	342.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	1 ano
2020	-	(327.000)	-	15.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	1 ano

A despesa referente ao valor justo das opções reconhecidas no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$668 (R\$ 3.329 em 31 de dezembro de 2019), registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” em contrapartida ao passivo.

28. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico IAS 33/CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	162.646	125.180
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	91.975	91.975
Lucro básico por ação - R\$	1,77	1,36
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	162.646	125.180
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	91.975	91.975
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções (em milhares)	1.618	1.282
Total (em milhares)	93.593	93.257
Lucro diluído por ação - R\$	1,74	1,34

29. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. Esses contratos tiveram início em julho de 2013 (sem data de vencimento). Em 31 de dezembro de 2020, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$ 172.163 (R\$ 156.031 em 31 de dezembro de 2019). A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.
- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia, os quais consistem no recebimento de transmissão de voz. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Em 31 de dezembro de 2020, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$ 18.727 (R\$ 13.962 em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos.
- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Companhia. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de dezembro de 2020, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$ 156.465 (R\$ 125.714 em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que os gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos.
- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de dezembro de 2020, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$ 322.217 (R\$ 303.654 em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que os gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos.
- Contratos de arrendamento - a Companhia possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras, cujos detalhes estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 15.

Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Garantias destinadas a aluguéis	-	178	-	107
Garantias judiciais	2.611	30.279	2.400	25.401
Garantias de clientes	-	13.085	-	31.585
Total	2.611	43.542	2.400	57.093

30. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	43.428	1.514	48.291	2.777
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	44.862	42.370	63.415	52.202
Liquidação de contingências com depósitos judiciais	5.060	579	5.060	579
Provisão de dividendos	38.629	29.730	38.629	29.730
Provisão de juros sobre capital Próprio	67.545	34.416	67.545	34.416

31. IMPACTOS DO COVID-19

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes ao Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Mesmo operando com a maioria da força de trabalho de forma remota, por meio da sua estrutura e plataforma de tecnologia, as operações aos clientes têm sido conduzidas dentro da normalidade, não havendo mudança em relação ao fornecimento dos seus serviços, ativos financeiros e demais posições patrimoniais. Não foram percebidas perdas potenciais materiais de liquidez, inadimplência ou outros riscos corporativos. Para que seja possível acompanhar os avanços da pandemia em todos os sites, foi montada uma estrutura de comitês de crises com acompanhamento mais frequente dos resultados operacionais e financeiros.

As projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais da Companhia apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Administração da Companhia acompanhará a evolução de todo o contexto econômico no Brasil e global, e caso venha a ser necessário, irá adequar as operações de acordo com o volume dos negócios. Neste momento os contratos firmados com clientes não apresentam riscos de serem rescindidos e os recebíveis de não serem quitados fora do curso normal das operações.

A Companhia vem realizando testes de recuperabilidade dos seus ativos relevantes, considerando os impactos potenciais decorrentes do COVID-19 nas suas operações, e até o momento não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas em suas informações financeiras intermediárias.

Com o objetivo de mitigar o risco de contaminação dos seus colaboradores e com quem os mesmos se relacionam, a Companhia adotou diversas medidas, recomendações e determinações vindas dos órgãos de saúde e autoridades locais. Todas as atividades que não requerem que os profissionais estejam presencialmente nos sites estão sendo realizadas remotamente. Essa medida visou inclusive evitar aglomerações nos sites onde é indispensável a presença física de determinados profissionais. Também foram implantadas nesses sites ações e reorganizações de trabalhos seguindo um protocolo rigoroso de higienização.

32. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	796.785	743.025
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	43.908	39.136
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	10.000	7.000
Automóveis	Cobertura básica	17.724	24.531
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	138.750	138.750
	Cyber Security	7.000	5.000
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	649.192	698.820

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de março de 2021.